

SUMÁRIO

- 1 — ● Paulo VI, do Mosteiro de Montecassino
- 4 — ● Igreja Latino-Americana Fronteiras
Adentro — *SEGUNDO GALILEA*
- 14 — ● As Grandes Linhas da Renovação Pas-
toral no Brasil — PADRE TIAGO G. CLOIN,
C.S.S.R.
- 25 — ● A Igreja dos Pobres — ~~Monsenhor~~
ANCEL
- 41 — ● Intervenção da Educação Sanitária no
Serviço Médico Hospitalar — IRMÃ
ANA CÂNDIDA
- 46 — ● Pensionato Ideal — MADRE GUILLEMIN
- 54 — ● Consultas (III — *Visitas de Férias Para
Religiosas*)
- 56 — ● Note e Anote (*Encontros de Mestras e
Mestres de Noviciado (I) — A Corres-
pondência Feminina de Santo Inácio de
Loyola*)
- 62 — ● CRB Informa
- 63 — ● Recensões Bibliográficas



Paulo VI, do Mosteiro de Montecassino

N. da R. — *Do discurso proferido por Paulo VI no Mosteiro de Montecassino, a 24 de outubro último, por ocasião da sagração da Basílica do mesmo nome, destacamos a parte em que Sua Santidade se refere à relação da vida monástica na implicação com o mundo moderno, com o homem recuperado, com a fé e a unidade. (Do L'OSSERVATORE ROMANO de 26/10/64).*

A vida monástica e o mundo moderno

A QUI, Irmãos e Filhos, Nosso discurso deveria fazer apologia do ideal beneditino. Mas bem queremos supor que todos quantos Nos cercam já estejam informados sobre a sabedoria que anima a vida beneditina e que aqueles que a professam conhecem-lhe a fundo as íntimas riquezas e alimentam em si mesmos as severas e gentis virtudes dessa vida.

Nós mesmo temos feito disso o objeto de longas reflexões; porém, parecer-Nos-ia supérfluo e quase presunçoso falar agora sobre o assunto. Outros que discorram e revelem algum segredo encantador de um igual gênero de vida ainda hoje aqui sobrevivente e florescente.

Não Nos é devido agora dar outro testemunho senão o da índole da vida monástica. E o exprimimos numa simples enunciação: a Igreja tem ainda hoje necessidade dessa forma de vida religiosa; o mundo ainda hoje dela necessita. Dispensamo-Nos de aduzir provas que, de resto, cada um vê que se originam por si pela Nossa simples afirmação: sim, a Igreja e o mundo, em diferentes mas convergentes regiões, carecem que São Bento saia da comunidade eclesial e social e se cerque de seu recinto de solidão e de silêncio e de lá faça escutar o encantador acento da sua palavra e profunda oração; de lá como que nos alicie e nos chame a seus recintos claustrais para nos oferecer o quadro de uma oficina do "divino

serviço", de uma pequena sociedade ideal, onde finalmente reina o amor, a obediência, a inocência, a liberdade das coisas e a arte de bem usá-las, a preponderância do espírito, a paz, numa palavra, o Evangelho. Que São Bento volte para nos ajudar a recuperar a vida pessoal; aquela vida pessoal de que hoje temos avidez e ânsia, e que o desenvolvimento da vida moderna, a que devemos o desesperado desejo de existirmos nós mesmos, sufoca enquanto o desperta, engana enquanto o faz consciente.

Essa é a sede da verdadeira vida pessoal que conserva ao ideal monástico a sua vitalidade. Assim o compreendesse nossa sociedade, êsse nosso próprio país, em outros tempos tão propício à fórmula beneditina da perfeição humana e religiosa, e agora talvez menos fecundo do que outros em vocações monásticas. Houve um tempo em que o homem nos séculos passados demandava o silêncio, como aqui o fez Bento de Núrcia, para se encontrar a si mesmo (*in superni Spectatoris oculis habitavit secum* — recorda-nos São Gregório Magno, biógrafo de São Bento) : essa fuga, porém era motivada pela decadência da sociedade, depressão moral e cultural de um mundo que não oferecia mais ao espírito possibilidade de consciência, de desenvolvimento, de entretenimento : procurava-se um refúgio para reencontrar segurança, calma, estudo, oração, trabalho, amizade, confiança.

A recuperação do homem

Hoje, não é a falta de convivência social que impele ao mesmo refúgio, porém à exuberância. A excitação, o barulho, o frenesi, a exterioridade, a multidão ameaçam o interior do homem; falta-lhe o silêncio com a genuína palavra interior, falta-lhe a ordem, a oração, a paz, falta-lhe a si mesmo. Para reaver o domínio e gozo espiritual de si mesmo precisa voltar ao claustro beneditino.

O homem, a si mesmo recuperado na disciplina monástica, é também recuperado para a Igreja. O monge tem um lugar de eleição no Corpo Místico de Cristo, uma função essencialmente providencial e urgente. Nós vo-lo dizemos, experimentados e desejosos como somos, de terdes sempre na nobre e santa família beneditina a custódia fiel e zelosa dos tesouros da tradição católica, a oficina dos estudos eclesiásticos mais pacientes e severos, o exercício das virtudes religiosas e sobretudo a escola é exemplo da oração litúrgica que, prezamos em saber, é mantida por vós, beneditinos do mundo inteiro, sempre em altíssima honra e que sempre o será, esperamos, como convém a vós nas suas mais puras formas, no canto sacro e genuíno e pelo vosso ofício divino na língua tradicional, o nobre latim, e especialmente no espírito lírico e místico. A recentíssima Constituição Conciliar *De Sacra Liturgia* espera de vós uma adesão perfeita e uma apologia apostólica. Tendes diante de vós uma tarefa grande e magnífica; a Igreja de nôvo vos coloca sôbre o candelabro para que saibais iluminar tôda a "casa de Deus" à luz da nova pedagogia religiosa que tal Constituição pretende instaurar no povo cristão; fiéis às veneráveis e

autênticas tradições, e sensíveis às necessidades religiosas do nosso tempo, ainda uma vez vós vos tornareis beneméritos por terdes introduzido na espiritualidade da Igreja a vivificante corrente do vosso grande mestre.

Nada diremos agora sôbre a função que o monge, homem recuperado a si mesmo, pode ter, não sômente com respeito à Igreja — como dizíamos — mas ao mundo; ao mesmo mundo ao qual deixou e a quem permanece vinculado pelas novas relações, que o próprio afastamento vem lhe causar : de contraste, de assombro, de exemplo, de possível confiança e colóquio íntimo, de fraterna complementação. Dizemos sômente que essa complementação existe e assume uma importância tanto maior quanto mais elevada a necessidade que o mundo tem dos valores guardados no mosteiro e vê que lhe são arrebatados, mas conservados, apresentados, oferecidos.

Fé e unidade

Vós, beneditinos, o sabeis pela vossa história especialmente, e o mundo o sabe, quando quer se recordar do que vos é devido, do que ainda pode esperar agora de vós. O fato é tão grande e importante que atinge a existência dessa nossa velha e sempre vital sociedade, mas que hoje tanto necessita de atingir nova linfa nas raízes, de onde tirou seu vigor e esplendor, as raízes cristãs que São Bento levou por tôda a parte e alimentou com seu espírito. É um fato tão belo que merece recordação, culto e fé. Não é porque se deva pensar numa nova Idade Média caracterizada pela atividade dominante da Abadia beneditina — hoje os centros culturais industriais, sociais e esportivos dão outra face à nossa sociedade — mas por dois principais aspectos que fazem presentemente desejar a austera e suave presença de São Bento entre nós : pela fé que êle e sua Ordem pregaram na família do povo, especialmente naquela que se chama Europa; a fé cristã, a religião da nossa civilização, a da Santa Igreja, mãe e mestra das gentes; e pela unidade para a qual o grande Monge solitário e social nos educou como irmãos e fazendo da Europa uma comunidade cristã. Fé e unidade : que coisa melhor poderíamos desejar e invocar para o mundo inteiro e de modo particular para a ilustre e eleita porção que, repetimos, se chama Europa ? Que coisa mais moderna e urgente ? E que coisa mais difícil e contrastada ? Que coisa mais necessária e útil para a paz ? Eis por que, aos homens de hoje que podem agir e só desejar para que seja de hoje em diante intangível e sagrado o ideal da unidade espiritual da Europa e não lhes falte a ajuda do alto para realizá-lo com práticas e providenciais leis, é que quisemos proclamar São Bento Patrono e Protetor da Europa.



O único meio de ser feliz é viver num mundo cheio da presença e da realidade de Deus.

THOMAS MERTON

Igreja Latino - Americana Fronteiras Adentro

SEGUNDO GALILEA

Do Centro Intercultural, em Cuernavaca, México

ESTAS REFLEXÕES, produto do contato com realidades e sobretudo com homens-chaves da Igreja da América Latina, têm por objeto não tanto a problemática que expõe à Igreja as circunstâncias que lhe são exteriores (como a transformação social do nosso Continente, o comunismo, a expansão demográfica, as seitas etc.) mas, principalmente, aqueles aspectos de sua vida interna que estão hoje em definição, muitas vezes por causa desses mesmos problemas exteriores.

Com efeito, cremos que a tomada de uma linha e de uma atitude por parte da Igreja, frente à crise em que os fatores exteriores a têm colocado, lhe assegurarão, na América Latina, a possibilidade de sua influência evangelizadora. Como a História nos tem ensinado, a solução para as crises da Igreja está mais dentro dela mesma do que na destruição das circunstâncias adversas. A renovação institucional e pastoral a que nos convida o Concílio é para nós uma questão de vida ou de morte. Mais que o laicismo ou o comunismo, o grande perigo para a Igreja latino-americana está em permanecer atada a formas de vida ou de ação (política educacional, concepção da paróquia, posição do leigo nos misteres temporais e apostólicos, Igreja como "missão" ou como "conservação", etc.), formas todas estas que, ainda que criadas pela própria Igreja, deveriam ser na hora atual transformadas pela mesma Igreja para que possam continuar sendo sinal de luz entre os povos e fermento evangelizador no meio das massas.

O sentido da América Latina

A forte solidariedade humana e eclesástica dos povos latino-americanos não necessita ser demonstrada. Os problemas, tanto econômico-sociais

como pastorais, são tão similares por nosso passado e destino comuns, que hoje em dia nenhuma nação ou diocese pode pretender salvar seja sua economia, seja a força do Evangelho com suas forças sós. A influência automática da revolução cubana que se dá em todos os territórios é uma confirmação desta enorme solidariedade. Olhando o futuro, podemos profetizar que a Igreja terá influência em toda a América Latina — com diversos matices — ou não a terá em absoluto. Não é possível imaginar, em nosso Continente, a Igreja em situações diferentes nas diversas regiões. Ou a Igreja perde este Continente, ou continuará presente nele de um modo total.

Pensamos que foi essa intuição que fundamentalmente deu origem ao CELAM. E este não representará para os latino-americanos tudo o que encerra de profetismo enquanto estes não tenham adquirido a convicção da solidariedade eclesial e o sentido de pertencer a uma "Igreja latino-americana". Esse sentido tem sido dado providencialmente no Concílio a muitos homens de nossa Igreja. "Foi no contato com a Igreja universal — dizia-me um deles — que me senti membro e solidário com esta própria Igreja que se chama América Latina".

Julgamos ser esse o primeiro valor que nossa Igreja tem que desenvolver nos seus pastores e fiéis nesta hora: fazer nos compreender que não basta hoje o sentido diocesano de Igreja, nem ainda o nacional; é necessário o sentido latino-americano, que deve se expressar nas instituições e nos planos de ação indispensáveis a uma "pastoral latino-americana". Uma unidade de problemas e de destino requer uma unidade de ação; e a falta de um plano de pastoral de nível continental, jerarquizado, mostrando as primazias de atenção e que servirá inclusivamente para orientar a colaboração estrangeira, é uma das primeiras metas da Igreja latino-americana.

Para adquirirmos essa consciência e a ela sermos fiéis, haverá muito que transpor. Até agora nós, os cristãos latino-americanos, somos estranhos aos nossos respectivos problemas, e muitas dioceses têm mais contato com a Europa do que com seus irmãos latino-americanos. Temos de vencer a tentação de ir à Europa saltando sobre a América Latina. Esse sentido de solidariedade e de destino comum é o único que levará o CELAM à sua maturidade, como um produto não só da crise de hoje, mas mormente de uma visão teológica sobre a missão da Igreja na América e através dela no mundo inteiro.

A dependência européia

Esta tem sido necessária e hoje é sumamente benéfica. Nossa Igreja está ainda em crescimento. Mas, também tal dependência é, sobretudo hoje, uma tentação de passividade e que nos faz esquecer que devemos criar já uma teologia e uma pastoral que sejam o fruto de uma reflexão latino-americana e não o produto de uma adaptação estrangeira. Nossa história, nossa cultura e a problemática atual da Igreja, muito diferente de qualquer problemática européia, o estão exigindo. Não há região da Igreja que esteja

em estado de revolução social como a nossa. O fenômeno de uma Igreja que tenha perflhado um Continente cristão como este não tem paralelo. O tipo de "católico" latino-americano com seus enormes vazios, mas também com suas incriveis possibilidades e riqueza, requer um trato especial.

O perigo do "europeísmo" é sobretudo notório, por exemplo, no campo da pastoral dos católicos não praticantes e da política a seguir com estes no batismo, na primeira comunhão, no matrimônio e outros sacramentos. Não nos bastará seguir o modelo e a política francesa, digamos. Lá, o povo descristianizado — pelo menos em muitas zonas — tem perdido praticamente a fé e todo o laço com a Igreja. As experiências do Pe. Loew, em Marselha, o mostram. Trata-se, na prática, de pagãos a conquistar com uma política pastoral e sacramental muito mais radical. Pelo contrário — e sempre falando de um modo geral — o povo descristianizado da América Latina, ainda que aparentemente ofereça sinais externos de "paganismo", tem ainda um depósito de fé e de relação indubitáveis com a Igreja, que farão para eles sejam diferentes os princípios teológicos que devemos aplicar numa política pastoral. Não nos bastará então uma pastoral adaptada da Europa, o que, apesar de ser mais cômodo para os pastores, levar-nos-ia a uma pastoral falsa. Um estudo da fé do nosso povo, do conteúdo de seu cristianismo e das características próprias de sua descristianização, é aqui necessário para criar "nossa pastoral" latino-americana. E assim poderíamos enumerar outros problemas da Igreja que demandam uma reflexão teológica e modelos pastorais próprios.

O Código de Direito Canônico e sua aplicação em nosso Continente é outro problema típico de "deseuropeização". Há pouco tempo, um eminente bispo sul-americano publicou na "Revista Espanhola de Direito Canônico" um artigo em que se perguntava se era aplicável o direito eclesiástico atual na América Latina. Testemunhos da dura realidade de nossas paróquias, principalmente rurais e montanhesas, da solidão e circunstâncias apostólicas dos nossos párocos e das angústias de consciência em que os colocam muitas prescrições canônicas de grande sabedoria, porém feitas sobretudo em vista das paróquias européias, muitos pastores vêem a necessidade de um Direito latino-americano que leve em conta uma Igreja muito diferente da européia e que tampouco é terra de missões. Graças a Deus, essa inquietude está presente no Concílio.

As normas sobre o matrimônio, o preceito dominical e pascal, a recitação do breviário, as cerimônias, os estudos nos seminários, as normas da música sacra — especialmente em paróquias de raízes indígenas — constituem só alguns dos problemas canônicos que esperam uma solução "latino-americana". Como diz o citado bispo, "para se dar conta da realidade deste Continente, não basta ler frias informações e estatísticas aparentes dentro de um gabinete de trabalho ou assistir a assembleias e congressos, ou visitar "oficialmente" as capitais diocesanas, mas lançar-se por caminhos poeirentos dos Andes, conversar com os párocos abandonados e escutar os lastimáveis apelos dos pobres que reclamam o sacerdote que não vêem há anos e que, apesar de tudo, conservam tradicionalmente a fé...

Enfim, faz-se mister que nossos teólogos trabalhem e construam uma revisão sociológico-ecclesial da América Latina que estamos esperando na raiz de toda solução. Não poderemos chegar a uma pastoral "nossa" sem saber que é religiosamente latino-americana e qual é seu destino histórico na Igreja. Se a Igreja é a continuação do Mistério da Encarnação, que se está fazendo presente no mundo em formas sempre diferentes segundo os tempos e os lugares, esta Igreja latino-americana — que é uma faceta significativa desse mistério — tem tido no plano de Deus, e tem hoje, a missão de recordar à cristandade, em nome do Senhor, aspectos providenciais e atuais da mensagem evangélica de que o mundo necessita.

Não é também um sinal e uma mensagem do mundo de hoje daquela que em quatro séculos tem sabido dar luz para a civilização, cultura e sobretudo a fé a um Continente de 21 nações? E não se continua hoje esse mistério com a missão de evangelizar a ação social que a Igreja cada vez mais está assumindo atualmente neste Continente?

Não é também um sinal e uma mensagem ao mundo de hoje da universalidade e do poder de adaptação do Evangelho que tem podido se encarnar em centenas de povos indígenas, formando com eles essa maravilhosa mestiçagem cultural e religiosa que constitui hoje o povo latino-americano? E, agora, quando esse povo evolui para um novo tipo de sociedade e de cultura, não se prolonga esse sinal com o desafio da atual Igreja, ao se enfrentar com a missão de dar espírito e conteúdo cristão à nova América que está se formando?

Não é um maravilhoso sinal teológico — a par com a Igreja da África — do evangelizare pauperibus misit me? Se Deus tem permitido que a América Latina forme parte destes 80% do mundo em que há pobreza e fome, é para que o compromisso da Igreja com este mundo seja um testemunho teológico e histórico da predileção e solicitude do cristianismo com o mundo em desenvolvimento, com o mundo dos pobres. Tal compromisso e tal missão, ao requererem desta Igreja um desprendimento de instituições e atitudes que já são hoje um estorvo para sua realização, nos falam dessa pobreza que atualmente busca o mundo na Igreja universal.

Tudo isso nos mostra a missão própria da América Latina na Igreja universal: de ser um sinal, um espelho de uma Igreja mais evangélica, da Igreja Mãe, da Igreja universal. Cremos serem esses os possíveis pontos de partida para uma teologia da América Latina.

Unidade pastoral

A solidariedade ecclesial e de destino nos leva à necessidade de obter maior unidade pastoral. Não há dúvida que o grande problema e o grande objetivo da Igreja latino-americana, resumindo em simples termos, é pastoral. Encontrar nosso caminho e educar pastores e fiéis no modo de segui-lo é o grande desafio pastoral da Igreja. A sociedade e mentalidade estão mudando; deve, portanto, mudar também a pastoral. Esse simples silogismo contém todo o drama da Igreja na América Latina. De sua so-

lução depende o povo continuar cristão ou apartar-se definitivamente da Igreja. Se a pastoral é a ação com que a Igreja realiza sua missão de levar todos os homens à perfeição da caridade, esta necessita imprescindivelmente reencontrar o caminho para reavivar e educar a fé que em nosso povo é ainda um depósito inexplorado.

Os esforços feitos nesse caminho são muitos e promissores. Pensamos nos planos de emergência do Brasil e do Chile, em dioceses como Natal, Riobamba e Santiago, nas experiências litúrgicas argentinas, na ação radiofônica colombiana e brasileira, em certas paróquias. Porém, ao mesmo tempo, a falta de unidade pastoral surpreende, não somente no plano continental — o que é mais explicável por causa da heterogeneidade da América Latina —, como também no plano regional e ainda diocesano. Dioceses e paróquias vizinhas, com muito em comum e em linha totalmente diversa. A elaboração de um plano que se aplique com realismo no plano nacional e sobretudo diocesano, é indispensável se a Igreja quiser responder com êxito ao desafio atual da História. Nenhuma paróquia, nenhuma diocese se salvará sozinha. É na coordenação, na definição de uma pastoral própria, que nosso cristianismo encontrará sua sobrevivência. E para êsse sentido de unidade são necessários urgentemente os seguintes instrumentos em nível latino-americano:

1. Um Centro de Sociologia Religiosa. Graças a Deus, já existe em vários países e em plano coordenado. Já estamos recebendo os dados empíricos quantitativos e qualificativos que nos permitem conhecer nossa Igreja e o comportamento cristão do nosso povo.

2. Um Centro de Reflexão Teológica Latino-Americana. Não é possível pensar em planos pastorais que aproveitem o trabalho dos sociólogos sem elaborar uma teologia que ilumine a elaboração e, logo, a ação pastoral. A teologia européia não nos basta. O grande perigo para nosso apostolado é o de ele se desenvolver divorciado de uma sólida doutrina teológica. A falta de teólogos latino-americanos que trabalhem em conjunto pode malograr muitas experiências de apóstolos de vanguarda bem inspirados, porque não recebem o alimento doutrinário necessário. A mesma crise já se observa em muitos seminários onde os futuros sacerdotes observam uma desconexão entre os problemas apostólicos que hoje estão surgindo na Igreja e a qualidade e orientação de seus estudos teológicos.

3. Um Instituto de Pastoral Latino-Americano. É o mais importante. Apoiando-se nos resultados de sociólogos e teólogos, êsse instituto de formação pastoral fará a síntese, orientará as conclusões e sobretudo será o instrumento de formação e de divulgação de uma mentalidade pastoral nova. Um instituto a serviço de todos os pastores latino-americanos, já que a "conversão" pastoral e a educação dos mesmos é condição sine qua non para se chegar à desejada coordenação apostólica de nosso Continente.

4. O estudo e difusão dos modelos pastorais aproveitáveis em todo Continente impõem-se cada vez mais. Nossa falta de "sentido latino-americano", nossa desconexão, a falta de unidade pastoral, estão fazendo com que experiências sólidas, felizes e aproveitáveis que se realizam em muitas dioceses e regiões, sejam desconhecidas e estejam se perdendo para o resto do Continente. O discernimento e penetração nos princípios teológicos e pastorais e a larga difusão desses "modelos" poderia fazer muito bem e ser um instrumento unificador de critério, e ação de primeira ordem.

Rumo a uma política pastoral realizada

A mudança social do Continente (expansão demográfica, transformação e organização do campo, promoção do mundo operário), a limitação das possibilidades da Igreja (progressiva falta de clero, paróquias gigantes), a laicização da sociedade levando-nos a um pluralismo ideológico, têm colocado a Igreja em situação de renovação e de definição pastorais. Os pastores devem tomar hoje uma linha adaptada a essa nova realidade, o que implica uma escolha dos meios de apostolado e do estilo que tomará a Igreja na América Latina para o futuro. Escolha que muitas vezes significa rompimento, já que a Igreja mantém ainda instituições e critérios que pertenciam às necessidades de outro tipo de sociedade.

Essa nova política pastoral é chamada para dar a unidade da Igreja no Continente e fará o possível por que esta responda com êxito ao desafio da História e à descristianização das massas.

Até agora, devido a razões históricas que haviam tornado a Igreja maioritária e solidamente instalada, em nosso Continente, temos seguido, em geral, uma política pastoral de tipo "institucional". Tratava-se de manter uma fé que se supunha adquirida e de educar através de instituições tradicionalmente concebidas: paróquias, colégios, universidades, conventos... A pastoral consistia em que as instituições atendessem bem aos católicos. Absorviam quase todo esforço, pessoal e dinheiro da Igreja, que se convertia numa comunidade de instituições respeitáveis.

Pelo que vimos acima, o quadro histórico e social tem mudado. Os cristãos que acodem a tais instituições são uma minoria, muitas vezes representantes de uma camada social que desfigura a Igreja. Elas ainda são na hora atual um peso que, em muitas circunstâncias, dificulta a rápida adaptação da Igreja aos tempos presentes. Por outro lado, a Igreja tem consciência de hoje ser um fermento na massa descristianizada de ser missionária. A Igreja comunidade, instituição, deve estar hoje em dia a serviço da Igreja fermento, missionária.

Inferre-se pois ser necessária uma política muito delicada para selecionar instituições e fazer realmente evangélicas as que já existem. Por causa das suas limitadas forças e do crescimento do mundo "profano", será preferível, em geral — salvo em circunstâncias particulares — não tanto fundar novas escolas ou universidades ou sindicatos, por exemplo, mas organizar-se para penetrar nas que já existem como instituições não-

-católicas. Sòmente assim será assegurada a influência da Igreja no mundo que, definitivamente, já não mais poderá abarcar com instituições próprias.

A Igreja latino-americana está "em pé de guerra", com a determinação missionária de evangelizar todos os setores da vida que ultimamente se formaram a seu lado, em parte por haver sustentado uma política pastoral demasiado institucional. Como diz o aforismo alemão: Não se constroem quartéis em tempo de guerra.

Outro ponto muito importante a decidir em nossa pastoral é o que se refere à descentralização do apostolado. Até há pouco tratava-se de centralizar tudo na paróquia. A extensão das mesmas e a falta de clero aconselham mudar de política. Pequenas comunidades de oração, de caridade e de apostolado devem proliferar em todo o Continente, mediante a multiplicação de apóstolos leigos responsáveis e de religiosas que tornem possível a presença da Igreja nos meios geográficos e ambientais, onde a paróquia não pode pensar em chegar.

Porém, nessa pastoral, tipicamente latino-americana, de penetração e descentralização, é mister resolver previamente a questão do pessoal apostólico, cuja preparação e qualidade condicionam tôda a pastoral.

O pessoal apostólico

Falar dêste problema na América Latina significa falar imediatamente do problema das vocações. Não é necessário provar sua gravidade nem tampouco fornecer cifras. Problema que se apresenta sob duas faces: zonas de vida religiosa onde o clero não chega fisicamente a distribuir os sacramentos (certas regiões da Colômbia); zonas onde a falta de clero quase tem apagado a vida religiosa e os sacerdotes não são bastantes para ressuscitá-las (grandes subúrbios de Buenos Aires, São Paulo, México). Em todo caso, um povo cuja fé não está sendo devidamente cultivada.

Não vamos analisar as causas, mas há uma "de fronteira adentro", que nos parece importante: em geral, o clero latino-americano não encara nem trabalha para dar-lhes uma solução. Não se trata de "pescar" vocações, mas de descobrir e cultivar vocações com que Deus, sem dúvida, está continuamente dotando a nossa Igreja e que não sabemos suscitar. O fato é que os sacerdotes ou as dioceses que nisso têm trabalhado séria e inteligentemente têm conseguido sempre abundantes frutos. Se a consciência do clero se mobilizasse nesse sentido, em dez anos a situação se aliviaría. Não se trata sòmente de organizar campanhas, nem de construir seminários (julgar-se-ia, às vêzes, que com o edifício seguir-se-iam os seminaristas), nem ainda de destacar um sacerdote em cada diocese para êsse empreendimento. Trata-se de educar o clero na convicção de que a solução está nas mãos de cada um, qualquer que seja o seu ministério. Os demais meios seriam úteis e coordenadores sòmente com esta atitude de responsabilidade pastoral.

Por outra parte, escassez de clero nos deve obrigar a distribuí-lo racionalmente. Se as dioceses da América Latina colocassem seu clero em

pontos-chaves segundo um plano, liberando-o de tarefas não sacerdotais para fazer render mais seu sacerdócio, a eficácia duplicar-se-ia senão triplicaria. Isso supõe, desde logo, uma verdadeira promoção do laicato e das religiosas, e uma atitude de Igreja e de pastoral de conjunto que proporcione a muitas dioceses o permitir a saída do próprio clero para outros pontos da mesma nação mais importantes ou urgentes. Não somente será necessário esperar a ajuda de clero estrangeiro mas também o auxílio, dentro do mesmo Continente, de uma nação a outra ou entre dioceses.

Outro ponto importante em relação ao clero é a atenção pessoal, sobretudo espiritual. Temos insistido tanto sobre a falta de clero, a formação nos seminários, a promoção de vocações, que esquecemos algo que está latente nisso tudo: se a qualidade do clero não se mantiver, não se pode pensar em renovar a pastoral nem multiplicar vocações (estas normalmente nascem do contato sacerdotal), e a formação dada pelos seminários ficará sempre incompleta.

A solidão, as distâncias, a sobrecarga de trabalho, a falta de meios de cultivo são, para o clero latino-americano (sobretudo diocesano), uma tentação contínua para a perda de espírito. A Igreja deve estar consciente disso prestando sempre todo o apoio e promovendo, como algo vital, aqueles instrumentos de formação sacerdotal (pessoas, organizações, encontros) que são aptos para realizar o que Pio XII denominava de "o mais importante dos apostolados", isto é, o trabalho com os outros sacerdotes.

A escassez de clero não pode ser uma escusa para que ele não tenha facilidades de retiro, encontro, descanso, estudo e renovação indispensáveis.

Alguém disse que na América Latina não é tanto sacerdotes que faltam, mas sim apóstolos. Isso encerra uma verdade. Temos pensado demasiadamente que a solução pastoral latino-americana estriba-se no clero, e este nunca será suficiente (por causa da expansão demográfica) mas será sempre uma minoria dentro das forças vivas da Igreja. A tarefa pastoral de nosso Continente descansará, no futuro, sobre os leigos e religiosos mais que sobre os sacerdotes. Mais que nenhuma outra, a Igreja latino-americana deve se descentralizar quanto antes. Pensamos aqui nos milhares de religiosas que, marcadas por um estilo de vida e de apostolado tradicional, como diz o Cardeal Suenens, "estão ainda à margem do movimento da Igreja". Se esse caudal imenso de generosidade e de sacrifício se cruzasse com tarefas de penetração missionárias e de formação de apóstolos leigos, a pastoral poderia realmente se descentralizar e chegar a evangelizar muitíssimos setores. É nesse terreno que deve ser aplicada, de uma forma radical, a mudança de política pastoral para a missão e penetração, antes mesmo que a criação de novas instituições.

Pensamos também neste "gigante adormecido" que é o laicato. É curioso que foi na Europa (com mais clero que a América Latina) onde primeiro se discutiram soluções, como a do diaconato, para promover mais integralmente o laicato cristão para o serviço da Igreja. A América Latina, assim como de seminário, precisa de centros de formação de leigos, para

fazer penetrar o Reino de Deus nos meios descentralizados e permitir a descentralização da pastoral.

Nesta tarefa apostólica será necessário que os leigos, devidamente treinados, tenham da Igreja os poderes de ensinar e pregar, de presidir o culto, de batizar, assistir aos matrimônios, distribuir a comunhão, atender os moribundos. Há pastores que pensam também na possibilidade de a Igreja conferir o sacerdócio a alguns leigos casados, em lugares, muito afastados, onde praticamente não haja possibilidade de confissão ou missa. Ademais, a Igreja necessita de leigos imbuídos do espírito de Cristo que estejam ativamente presentes na ação temporal para lhe dar o espírito cristão. Nesta segunda tarefa, os leigos devem ter total autonomia e responsabilidade, já que lhes cabe realizar a ação supletiva cultural e social da Igreja que, embora muitas vezes seja iniciada pelo clero, deve recair definitivamente naqueles que tenham por mister a construção da cidade temporal e a "consecratio mundi".

A colaboração estrangeira

Os recentes apelos do Papa, seguidos pela preocupação crescente da Europa e da América do Norte pela América Latina, estão trazendo sobre este Continente um arsenal cada vez maior de pessoal apostólico e meios econômicos. Tal esforço será uma graça inapreciável, se for bem orientado.

O fato de a América Latina não ser propriamente terra de missão mas terra cristã nos leva imediatamente a duas conclusões: primeiro, que neste momento deve ser dada primazia ao esforço apostólico da Igreja universal, já que é mais importante que os cristãos não caiam no paganismo do que converter pagãos; segundo, não se trata propriamente de uma "ajuda" da Igreja estrangeira, porém de uma colaboração de modo que os que ajudam tenham também de receber.

A América Latina está convidada a contribuir muitíssimo na reflexão eclesiástica universal, do ponto de vista institucional e teológico inclusive. Por exemplo, as exigências da vida religiosa no Continente (com a acentuação da pobreza, da ação missionária, da "desinstitucionalização") serão, para as congregações religiosas que atenderem ao apelo, um motivo de revisão e de readaptação. Perguntamo-nos como não tomaria impulso o pensamento teológico sobre a eclesiologia do laicato, do clero e do sacerdócio no dia em que houvesse milhares de leigos na América Latina consagrados inteiramente a tarefas pastorais e ao mesmo tempo profissionais que, no interior da Colômbia ou dos Andes, houvessem recebido o sacerdócio como única solução para evitar a perda da vida cristã dessas populações! Não afirmamos que a Igreja deva ou vá fazer isso, porém esta possibilidade intelectual, que a problemática da América Latina nos permite defrontar, nos leva a aprofundar histórica e teologicamente o que é ser um leigo e o que é ser um clérigo.

Supondo uma forte "personalidade" na Igreja latino-americana, toda a colaboração deverá cuidar em se adaptar a esta Igreja e não de "colo-

nizar" eclesiásticamente. Trata-se de promover a Igreja latino-americana dentro de sua própria linha, evitando moldes "americanos", "franceses" ou "espanhóis", para dar exemplos. Carece estarmos atentos a esta "colonização" e a seus sinais. Nesse sentido, por exemplo, muitos pastores cristãos não se opõem menos ao uso da batina que ao do "clergyman" no clero latino-americano. Se a batina tem sérios inconvenientes pastorais, o "clergyman" é um sinal de "americanização" dentro do conceito popular. Parece necessário que a América Latina adote para seu clero um distintivo mais representativo e mais popular, diferente do "clergyman" e da batina. Nesse sentido, a experiência mexicana pode ajudar muito).

A grande tentação que produz a colaboração estrangeira é que as dioceses se se apoiem definitivamente nessa ajuda e contem com ela, inclusive a longo prazo, para solucionar seus problemas. É necessário acentuar que a necessidade de colaborar com a América Latina é só uma situação transitória de emergência histórica. Em certo número de anos suas dioceses devem ter a capacidade de autoabastecer-se de meios econômicos e de pessoal apostólico. Outra visão do futuro significaria alienar a Igreja latino-americana.

Como Continente, ainda com a pastoral em desenvolvimento, a ajuda muitas vezes se faz com critério de imediatismo e sem uma clara jerarquia de valores. Impera mais uma política de oferecimento que de requisições para pontos-chaves do apostolado. Vê-se aqui, por uma parte, a necessidade de coordenar toda a ajuda à América Latina, único centro possível de unificação (tarefa do CELAM e das conferências episcopais); e de outro lado, fazer com que os pedidos de ajuda se realizem e se entreguem através das mesmas conferências. Seriam elas que, anualmente, assessoradas por técnicos, deveriam apresentar as necessidades, jerarquizadas segundo os interesses-chaves de cada nação e com visão continental. A limitação de toda contribuição obriga a atender preferivelmente os centros geográficos e humanos de mais influência no Continente.

Uma Igreja como a latino-americana, em plena transformação e com desafios tão sérios, tem direito a esperar um pessoal apostólico devidamente treinado e adaptado e de muito boa qualidade. O apóstolo que não é necessário em seu lugar de origem tampouco o é na América Latina. O adestramento deve preparar, para poder continuar depois na diocese de trabalho, um diálogo intercultural que leve a uma verdadeira adaptação ou integração na pastoral, num espírito essencialmente de serviço. Isso, sim, supõe, nas diversas dioceses, organismos ou pessoas preocupados essencialmente em "acolher" e colocar o apóstolo estrangeiro integrando-o imediatamente num diálogo e num movimentopastoral.

Por último, toda ajuda à Igreja latino-americana deve estar inspirada naquela observação que um prelado alemão fazia: "Descobri pela primeira vez que existia uma Igreja latino-americana como tal, de dimensões continentais, fato ímpar, no que não se poderia pensar na Europa. Igreja que tem um espírito próprio, espírito que grandemente deverá inspirar toda a Igreja universal se esta se renovar na caridade".

As Grandes Linhas da Renovação Pastoral no Brasil

PADRE TIAGO G. CLOIN, C.S.S.R.

QUEM ATENTAMENTE acompanha o desenvolvimento da vida da Igreja no Brasil logo se apercebe da renovação da Pastoral que entre nós se está operando. Não estaremos errado se lhe indicarmos, como ponto de partida, a V Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de 1962, que lançou o "Plano de Emergência" e decidiu a descentralização da CNBB, dividindo o território nacional em sete secretariados regionais. A incumbência de cada regional — chamemos assim a cada um desses secretariados — seria, primeiro, a de adaptar as orientações gerais do dito Plano à situação peculiar da respectiva região e, segundo, a de estimular e coordenar a sua execução.

Recentemente, os sete regionais fizeram, no Rio de Janeiro, uma revisão dos trabalhos realizados e resultados obtidos durante êstes dois anos. Feita com tóda a espontaneidade e franqueza, a revisão revelou — e foi uma grande consolação para todos os participantes — que o "Plano de Emergência", não obstante suas falhas e lacunas, está inspirando realmente uma renovação da Pastoral brasileira e que a descentralização da CNBB em sete secretariados regionais está contribuindo notavelmente para sua mesma dinamização.

Verdade é que, para sermos sinceros, não devemos exagerar nem a extensão nem a profundidade desta renovação e dinamização. Há muitos, de alto para baixo, que ainda não acordaram e continuam alheios ao movimento. Muitos ainda não se engajaram nesta renovação e, talvez, até o momento, nem conhecimento dela tenham. O movimento, por conseguinte, ainda não se tornou de tal forma generalizado que se possa notar-lhe os resultados, a cada passo, em cada diocese ou província religiosa, e muito menos em cada paróquia ou convento. Mas o despertar é um fato inegável e não se limita a um ou outro centro urbano ou rural, ou a uma só região, como é o caso do Nordeste. A despeito das limitações, essa renovação já se tornou um fenômeno tipicamente brasileiro.

Há, porém, mais. Já começaram a destacar-se as grandes linhas desta renovação da Pastoral brasileira, algumas das quais pretendemos aqui apresentar.

O estudo da realidade brasileira

Não se pode negar que a nova Pastoral do Brasil se reveste de um cunho particular de realismo; ela quer ser uma Pastoral realista, encarnada. É esta uma das principais preocupações das equipes que preparam o planejamento pastoral. Se a Pastoral consiste essencialmente no encarnar a mensagem evangélica na vida do Brasil de hoje, impõe-se a necessidade de uma constante e intensa atenção ao estudo da realidade brasileira.

Foi exatamente em vista disto que, em 1962, a CNBB e a CRB fundaram o CERIS (Centro de Estatística Religiosa e de Investigação Social), no qual se integrou o Departamento de Estatística da CRB, fundado já em 1954. É este o instituto que, no futuro, deverá fornecer os dados estatísticos e sociológicos para o planejamento científico da Pastoral brasileira. Não estará ele, porém, em condições de fazê-lo senão com o decorrer dos anos. Não é que lhe faltem os necessários dados estatísticos, pois o Departamento de Estatística já dispõe de um notável acervo de dados, não apenas sobre os religiosos, (províncias, casas e obras), mas, desde 1962, também sobre a Jerarquia e o clero secular (dioceses, paróquias etc.). Continuam, no entanto, a faltar-lhe os indispensáveis dados sociológicos que são da alçada do Departamento de Investigação Sócio-Religiosa que só no ano passado começou a organizar-se e está ainda começando seus trabalhos. Levará ainda muitos anos antes que o CERIS disponha de suficientes dados sociológicos do Brasil inteiro para têmos um conhecimento adequado da realidade brasileira, conseguido através de estudos metódicos e científicos.

Por enquanto deveremos contentar-nos, em grande parte, com reuniões periódicas de especialistas — sociólogos, psicólogos, economistas, agrônomos, educadores, teólogos e outros — que, curvando-se juntos sobre os vários problemas sócio-religiosos e sócio-econômicos do País ou de uma região, aprofundem o conhecimento da realidade brasileira. A CNBB solicitou, recentemente, que cada um dos secretariados regionais se organizasse para sua região, procurando estabelecer, com base nos resultados, prioridades de áreas demográficas e de setores pastorais.

Entre as reuniões deste gênero, e de alto gabarito, menciono apenas a realizada em Natal, no mês de maio de 1963, a reunião de teólogos da América Latina em Porto Alegre, no mês de julho último, e a de São Paulo, na mesma época. Semelhantes reuniões, embora em geral mais modestas, estão se multiplicando pelo Brasil afora e fornecem o indispensável material de base para o planejamento pastoral.

O conhecimento da realidade brasileira é, outrossim, propagado sistematicamente através de preleções com as quais se costumam abrir os

inúmeros cursos de Pastoral, quer geral, quer especializada, que as duas Conferências organizam para clero, religiosos e leigos, em nível nacional, regional e até diocesano.

Foi principalmente durante minha última viagem aos Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental que me tornei cômico, através de freqüentes contatos com interessados na Pastoral brasileira, de que uma tal preocupação com a "realidade" não existe naqueles países. Este é realmente um fenômeno tipicamente brasileiro.

Uma visão sociológica da vida da Igreja

Uma das grandes falhas que continuam a existir na cura de almas no Brasil é a falta de visão sociológica por parte daqueles que trabalham nos vários ramos de apostolado e — ao que nos parece — mais por parte do clero e religiosos do que pela dos leigos. O conhecimento que a maioria tem da situação da Igreja no Brasil é muito mais fruto da observância de fenômenos periféricos do que de uma análise em profundidade. Conhecem eventualmente, de um modo global, os valores positivos e negativos do catolicismo brasileiro, mas lhes escapam os dos muitos grupos e comunidades particulares e os da sociedade como tal. Falta-lhes uma nítida apreciação das múltiplas influências que ambientes e estruturas de todo o gênero exercem na vida da Igreja. Desconhecem portanto as causas que estão na raiz dos fenômenos periféricos e que devem ser atacadas para que a nossa Pastoral seja uma Pastoral adequada, construtiva e conquistadora. Não podemos esperar que muitos, por si próprios, possam fazer uma análise em profundidade, por isso exigir uma formação sociológica. Mas a maioria nem suficiente interesse e abertura sociológica tem para poder aproveitar a oportunidade já existente de se familiarizar com a visão sociológica, através de encontros, cursos, semanas de estudo etc.

A maior revelação para quem toma conhecimento do conteúdo das reuniões de planejamento da Pastoral, como estão se realizando nos últimos anos, é exatamente esta visão sociológica sobre a situação da Igreja em nossa Pátria. Nossas metrópoles, dioceses e mais ainda nossas regiões se tornaram pela gravidade, extensão e complexidade dos problemas de todo gênero, algo de "incompreensível", impossibilitando uma inteligente — para nem falarmos em adequada — Pastoral. É a visão sociológica que nos proporcionará uma "compreensão" pelo menos elementar destas áreas geográficas, e sem a qual não acertaremos ao procurar soluções para a problemática pastoral no Brasil.

O desenvolvimento da Pastoral em nosso País, como aliás em todos os países do mundo, está intimamente relacionado com o progresso desta visão sociológica. Daí a utilidade — e, porque não dizer, necessidade — de os superiores maiores formarem sociólogos (e as superiores maiores, assistentes sociais), não tanto para o ensino de sociologia nas suas casas de formação, mas muito mais para que os formados nesta matéria, trabalhando ao lado de seus confrades ou co-irmãs no setor de apostolado es-

pecífico de sua congregação, possam, através da convivência, comunicar-lhes sua visão sociológica das coisas.

Uma Pastoral da transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento

Existem de fato dois Brasis : o Brasil desenvolvido (ou até superdesenvolvido) — como êle se nos apresenta no centro de nossas grandes cidades e por exemplo na urbanização de Brasília — e o Brasil subdesenvolvido, não apenas no interior mas também na periferia de nossas metrópoles. Se, porém, queremos caracterizar o Brasil no seu conjunto, devemos qualificá-lo de país em *transição* do subdesenvolvimento para o desenvolvimento.

Uma série de fenômenos ilustram esta transição. Lembramos apenas os seguintes :

Um dos mais conhecidos é a rápida urbanização, com nossas cidades vertiginosamente crescentes. Embora as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo sejam as expoentes dêste fenômeno, contudo, são propriamente mais representativas outras cidades, como por exemplo Belo Horizonte que viu duplicar-se o número de seus habitantes entre 1940 e 1950, e isso mais uma vez entre 1950 e 1960 ! São Paulo — que já passou os quatro e meio milhões de habitantes, quando lhe forem anexados os três municípios A-B-C (Santo André, São Bernardo e São Caetano) que sociologicamente já constituem uma unidade com a capital paulista — será uma das maiores cidades do mundo e, dentro de poucos lustros, a aglomeração paulistana rivalizará com a de Londres, Nova York e Tóquio.

Outro fenômeno é a industrialização. Áreas onde isto se nota mais palpavelmente são por exemplo o Vale do Paraíba, em território paulista, onde, pela Rodovia Dutra afora, está se implantando, com incrível rapidez, a indústria subsidiária, e o Vale do Rio Doce, onde a indústria siderúrgica está tomando proporções gigantescas de forma que já se fala em o futuro "Ruhrgebiet" brasileiro. A mais nova das usinas, a de Usiminas em Ipatinga, tem sete quilômetros de comprimento !

Esta urbanização e industrialização, e outros fenômenos semelhantes, estão acelerando o processo de transição de uma economia agrária, com sua técnica atrasada e estruturas superadas, para a economia industrial e comercial com técnica e estruturas altamente especializadas. Tal transformação implica outra no campo cultural e social : a transição de uma sociedade fechada e paternalista para uma sociedade aberta e pluralista, na qual a ideologia não é mais monoliticamente católica, mas fragmentada em grande diversificação de concepções e convicções. Dificilmente nos tornaremos suficientemente cônscios com que ritmo esta transformação no Brasil está se processando desde que as linhas de ônibus, a aviação comercial, a rádio e televisão "abriram" nosso País. Fazendo as idéias modernas penetrar mesmo onde a energia elétrica ainda não conseguiu che-

gar, é talvez o transistor que mais está concorrendo para a pluralização no Brasil.

As conseqüências no campo ético-religioso são patentes. Com o rápido declínio do patriarcalismo familiar dos colonos e do paternalismo feudal dos latifundiários está em vias de desaparecer o principal canal de transmissão dos valores ético-religiosos e da evangelização: a *tradição* dos pais para os filhos e da família do “senhor” para os colonos. No passado, por falta de catequese organizada, era a comunidade fechada da família rural e da propriedade feudal o principal fator de transmissão da fé.

É esta a “realidade brasileira” fundamental que, antes de mais nada, deverá levar em conta a Pastoral no Brasil. Precisamos de uma Pastoral da transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, como a Igreja na América do Norte e da Europa Ocidental está precisando de uma Pastoral do superdesenvolvimento.

Seria exagêro afirmar que esta Pastoral já está elaborada e em execução. Mas nos encontros de interessados na Pastoral brasileira nota-se, cada vez mais, a crescente preocupação de chegar rapidamente a este ponto. E tenho a impressão que neste particular o Brasil está marchando na frente dos Estados Unidos, do Canadá e também da Europa. Aqui se elaborou toda uma Teologia do valor das “realidades terrestres”. Mas é bem significativo o que um leigo na Holanda, vivamente interessado na Pastoral, me confessava, profundamente angustiado: “Esta Teologia ainda não tem prolongamento na Pastoral. Ninguém, nem teólogo, nem vigário, nos indica o caminho de como integrar os valores do superdesenvolvimento que nos ameaça oprimir, em nossa consciência e atitudes cristãs”.

Uma Pastoral dos pobres, da juventude e da família

Entre os elementos que já se destacam nesta Pastoral autenticamente brasileira — a de transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento — mencionamos os seguintes:

1. Uma Pastoral dos pobres

Esta Pastoral está tipicamente ligada à nossa condição de subdesenvolvimento. Basta lembrar que 50% da população adulta do Brasil continua analfabeta e, portanto, não tem a condição mínima pre-requerida para poder beneficiar-se com os resultados do desenvolvimento.

A Pastoral dos pobres é uma exigência humana, por causa da dignidade da pessoa do pobre; é também uma exigência cristã, pelo fato que desde a encarnação do Verbo o pobre tem a predileção divina; ela é finalmente um “sinal do Reino”, desde que Cristo, ao ser interrogado pelos mensageiros de São João Batista se o Reino de Deus já havia chegado, respondeu: “Ide anunciar a João o que tendes visto e ouvido... o Evangelho aos pobres é anunciado” (Lc 7,22).

É esta Pastoral que já entrou explicitamente no planejamento pastoral, e — de um modo muito significativo — no do Regional Nordeste. E que ela não ficou apenas no papel, prova-o a atitude de Dom Eugênio de Araújo Sales que, nomeado Administrador Apostólico da arquidiocese de Natal, mandou imediatamente parar a construção da catedral; logo o Vigário de São Paulo de Potengi, RN, seguindo o seu exemplo, mandou parar também o acabamento exterior e interior de sua matriz. Alguém escreveu recentemente: “A catedral da qual mais se fala no Concílio é a catedral que não existe, a de Natal”! Aliás, também de outra maneira — como todos sabem — a voz da “Pastoral dos pobres” do Brasil já ressoou fora do País, até entre os padres conciliares.

2. Uma Pastoral da juventude

Quem visitar na Europa Ocidental os novos bairros das cidades modernamente urbanizadas ficará impressionado com os imensos e magníficos prédios, conjuntos de residências para anciãos, com uma assistência social conforme as últimas exigências da sociologia e com uma assistência religiosa que revela uma Pastoral especializada dos anciãos. É que o índice de idade, na Holanda por exemplo, é de 72 anos para homens e de 73 para mulheres! Em países, como esse, a Igreja sentiu a necessidade de refletir seriamente sobre o problema da Pastoral dos anciãos. Noutros, como é o nosso, a situação é porém bem diferente. O nosso índice de idade é de 43! E do total da população brasileira, 50% ainda não tem 20 anos de idade! A urgência no Brasil não é de termos uma Pastoral dos anciãos, mas da juventude!

A nossa juventude é particularmente precoce em comparação com a dos países desenvolvidos. É isto, em grande parte, consequência do tácito mas eloquente apêlo e da implícita mas forte pressão da nação toda sobre a juventude, no sentido de apressar o passo, de começar a participar no processo da produção nacional. Pois o tempo é breve! A média dos jovens restam apenas uns 20 a 25 anos!! E a nossa juventude atende a êste apêlo e cede a esta pressão, lançando-se em todos os setores da vida nacional, inclusive na política e nas greves, ao passo que nos países desenvolvidos todos se queixam da ausência da juventude, mesmo universitária, na política.

Acresce que, por motivos fáceis de serem explicados, nossos jovens têm, em geral, uma visão mais clara da situação nacional e da necessidade de mudanças do que a média dos adultos. E pelo fato de ainda não terem compromissos sociais de família, emprêgo etc., se engajam mais facilmente do que os adultos na ação, com tôdas as consequências — é verdade — de sua falta de madureza.

Tudo isto exige uma Pastoral especial da juventude. E ninguém, portanto, deve estranhar que a atividade da Ação Católica no Brasil, mais do que em outros países, se tenha voltado para os jovens, como a JOC, JAC, JEC e JUC.

3. *Uma Pastoral da família*

Entre as instituições que, neste processo de rápida transição, correm maior perigo de graves prejuízos, figura indiscutivelmente a família. Já mencionamos, acima, a profunda transformação social que está se processando na zona rural pelo declínio da autoridade da comunidade familiar patriarcal e da comunidade feudal paternalista. Na zona urbana o fenômeno não é menos grave. A autoridade civil não consegue acompanhar o excessivo crescimento das nossas cidades com um aumento, em igual ritmo, da rede de serviços públicos e de estabelecimentos educacionais e com adequadas oportunidades de emprego e recreação, como nem a Igreja consegue tornar-se suficientemente "presente", através de novos centros de culto, com proporcionado pessoal apostólico. E é a delicada instituição familiar que, em primeiro lugar, sofre as dolorosas conseqüências de tudo isso.

Sob a pressão da progressiva desintegração da família, surgiram os diversos movimentos em defesa da família. Já estão se espalhando, pelo Brasil agora: no campo apostólico destaca-se o Movimento Familiar Cristão, o Movimento "Caná", o dos "Focolari", o das equipes de Casais de Nossa Senhora; e, no campo pedagógico, disseminaram-se as Associações de Pais e Mestres e, particularmente, os Círculos de Pais. São todos movimentos de real valor que constituem um dos aspectos mais esperançosos e consoladores da vida da Igreja em nosso País. O entrosamento oficial de tais movimentos na Pastoral brasileira já se iniciou, quando o mais importante, o Movimento Familiar Cristão, participou, recentemente, no Rio de Janeiro, na reunião do planejamento pastoral dos secretariados nacionais da CNBB.

O início do planejamento pastoral

Foi o Papa João XXIII que provocou o planejamento pastoral em nível nacional no Brasil, quando no primeiro mês de seu pontificado, novembro de 1958, fez um apêlo às conferências nacionais de bispos da América Latina para que elaborassem, por nação, um plano de Pastoral. Só o Chile, entretanto, atendeu prontamente a êste apêlo. As vésperas da abertura do Concílio Vaticano II, em dezembro de 1961, renovou o Papa, com insistência, seu apêlo, feito já três anos antes. Isto levou a Conferência dos Bispos do Brasil a preparar o "Plano de Emergência", votado e aprovado na V Assembléia ordinária de abril de 1962, e publicado no outono do mesmo ano, quando os bispos brasileiros já estavam em Roma para a I Sessão do Concílio.

O "Plano de Emergência", como é do conhecimento de todos, se limita a elaborar com mais destaque três pontos particulares: 1) a renovação da vida paroquial; 2) a renovação do ministério sacerdotal e; 3) a renovação educacional, em especial nos colégios. Com êste Plano — o primeiro na América Latina e, se não me engano, no mundo — é a Igreja

no Brasil, depois da Igreja no Chile, que primeiro apresenta um plano pastoral em nível nacional.

O Nordeste brasileiro foi o pioneiro do planejamento pastoral que ali já tem sua tradição e é já algo de institucionalizado. Anualmente, no mês de janeiro, se reúne em Natal, sede do primeiro Secretariado Regional da CNBB, um grupo de bispos, superiores e superiores maiores, sacerdotes do clero secular e regular, irmãos e irmãs, leigos e leigas, para, em conjunto, refletindo sobre os problemas pastorais da região, fazer uma revisão do planejamento pastoral do ano passado e, corrigindo falhas e preenchendo lacunas, adaptá-lo às novas exigências.

O exemplo do Nordeste foi contagioso para o Brasil inteiro, de forma que, no momento, semanas de planejamento apostólico estão se multiplicando por toda a parte e em todos os níveis, nacional, regional, provincial e até diocesano. A arquidiocese de Natal tem aqui mais uma vez a liderança, publicando anualmente em dois fascículos seu duplo planejamento pastoral: o planejamento das atividades apostólicas e o das atividades sócio-culturais. O Brasil entrou definitivamente na era do planejamento

Se nem tudo alcançou já grande profundidade e se a base científica, pelas razões acima indicadas, continua ainda bastante fraca, contudo o Brasil está elaborando os rumos de sua Pastoral, e com tanto zelo e seriedade, que os resultados já têm repercussão fora do País.

Uma particularidade bem brasileira é a valorização dos leigos e particularmente das religiosas quanto ao planejamento pastoral. Se em muitos outros países existe a queixa, quase generalizada, que estes dois grupos não são tratados, neste particular, como adultos, isto, por certo, não vale para o Brasil. Quando, recentemente, expus às superiores gerais em Roma, como também a outros auditórios, como no Brasil religiosas se sentam à mesa com bispos para discutirem com eles problemas de Pastoral e como são aproveitadas para experiências, totalmente novas, como as de Nísia Floresta, Taipu, Fortaleza e outras, quase não queriam acreditar!

Uma Pastoral dos "polos" do desenvolvimento

Um novo Brasil está para nascer, e já está se fazendo, pelos resultados do desenvolvimento em curso. Novas áreas industriais e de colonização estão surgindo, outras estão sendo planejadas como por exemplo pela SUDENE no Nordeste. São estas áreas que merecem particular atenção por parte da Igreja, porque elas determinarão, em um futuro próximo, o rumo do Brasil católico. É aí que se joga a sorte do Brasil! Implica este desenvolvimento econômico uma série de mudanças sociais e culturais que a Pastoral deverá acompanhar de perto para a Igreja não chegar atrasada. Uma nova civilização está se formando, com uma expressiva predominância técnica, substituindo a antiga com seus dirigentes de formação acadêmico-literária. A liderança passou das mãos dos formados em faculdades de filosofia e letras para os formados em escolas po-

litécnicas. Novas estruturas intermediárias já surgiram, das quais os sindicatos urbanos e rurais e as cooperativas de vários tipos são de particular importância.

São estes os "polos" do desenvolvimento, os novos centros de gravidade da vida do Brasil, que exigem uma Pastoral especializada: uma Pastoral das metrópoles; uma Pastoral das novas áreas industriais, como as do Vale do Paraíba e do Rio Doce; uma Pastoral das novas áreas de colonização, como as do médio São Francisco, do Norte do Maranhão e do Sul de Goiás; uma Pastoral dos quadros técnicos, das novas estruturas, como o sindicalismo e cooperativismo e, finalmente, de todo particular, uma Pastoral universitária.

Verdade é que estamos ainda longe de alcançar o objetivo de uma Pastoral nacional dos "polos" do desenvolvimento. Mas o primeiro passo nesta direção, que será outra vez um exemplo e estímulo para as demais regiões, já foi dado, quando, em maio de 1963, o Secretariado Regional do Nordeste organizou a primeira reunião de especialistas de toda a espécie, para estudarem, sob a presidência do Bispo, responsável pela Pastoral da Região, os "polos" do desenvolvimento do Nordeste, que a execução do plano da SUDENE está provocando, entre os quais há a destacar o recôncavo baiano com a Petrobrás, a indústria química dos derivados do sal em Macau e Areia no Rio Grande do Norte, a industrialização do cacau no Sul da Bahia, a colonização do médio São Francisco, do Jaguaribe no Ceará e do Piranhas no Paraíba, a industrialização da pesca, particularmente da lagosta, no litoral nordestino, o movimento nas grandes rodovias federais, como a Rio-Bahia-Recife, a São Luís-Belém, a Brasília-Belém e a Brasília-Fortaleza, o movimento dos principais aeroportos do Nordeste — Salvador, Recife e Fortaleza. Como organizar nestes "polos" do desenvolvimento uma "presença" efetiva da Igreja e uma adequada Pastoral? Não é necessário frisar que ao organizarmos tal Pastoral temos que ser muito previdentes e temos que olhar decênios para a frente.

A renovação do espírito eclesial

A renovação da Pastoral no Brasil está intimamente ligada à renovação do espírito eclesial, no sentido da co-responsabilidade de todos pela Igreja do Brasil. É este espírito eclesial que talvez mais claramente se destaque entre as grandes linhas da renovação pastoral e que está, praticamente, na base de todas as demais. Podemos considerá-lo uma certa antecipação do espírito do Concílio Ecumênico. Este sentido da co-responsabilidade de todos originou-se como um movimento de cima para baixo, manifestando-se primeiro no seio do Episcopado nacional. A criação da Conferência Nacional dos Bispos, com suas reuniões em nível nacional e regional, contribuiu não pouco para isto.

De modo semelhante, começaram as províncias religiosas a quebrar as barreiras de seus particularismos pela fundação da Conferência dos

Religiosos que, através de seus serviços e departamentos, através de reuniões, cursos e encontros, promoveu entre os religiosos uma nova mentalidade que levou à fundação de institutos comuns de Pastoral, Ciências Religiosas e de Filosofia e Teologia. O progressivo entendimento e entrosamento de atividades entre as duas Conferências, que já chamou a atenção do exterior, é mais uma prova do despertar da co-responsabilidade comum pela causa da Igreja no Brasil.

Entre os fatores, porém, que mais contribuíram para suscitar e intensificar o espírito eclesial, figura indubitavelmente o "Movimento por um Mundo Melhor", que deu em todos os Estados da Federação e em quase todas as dioceses centenas e centenas de cursos, para todas as categorias de pessoas, a começar pelos bispos e superiores e superiores maiores. Organizou cursos para todas as especializações de Pastoral e apostolado: para vigários e missionários, para educadores, enfermeiras e para os que trabalham em obras de assistência social, etc. Muitos encontros de planejamento pastoral, particularmente no Nordeste, costumam começar com alguns dias de reflexão espiritual, dirigidos por pregadores do "Mundo Melhor".

Que houve, da parte de alguns deles, também falhas e faltas, às vezes até deploráveis, os próprios pregadores o concederão com toda a franqueza. Mas acima de qualquer dúvida, está a seguinte verdade: se no Brasil aqueles que estão mais engajados na renovação da Pastoral e do apostolado, em geral se destacam mais pelo sentido da co-responsabilidade pela Igreja no Brasil e estão mais compenetrados de um autêntico espírito eclesial, isto se deve em primeiro lugar ao trabalho sistemático do "Movimento do Mundo Melhor". A pergunta tantas vezes feita, em reuniões de "revisão de vida", a engajados na renovação da Pastoral "que é que levou a você a se engajar?", recebe quase estereotipicamente a resposta: "um curso do Mundo Melhor". Posso afirmar, depois de tantos contatos com pessoas de todos os países das Américas e da Europa, que a influência do "Mundo Melhor" no Brasil não tem, neste particular, rival em parte alguma do mundo. A renovação da Pastoral no Brasil está inseparavelmente ligada à renovação do espírito eclesial, esta por sua vez ao "Movimento do Mundo Melhor". *Honor cui honor!*

*

* *

A Igreja no Brasil está marchando, graças à renovação da Pastoral, cujas grandes linhas que começam a destacar-se acabamos de traçar. O dinamismo pastoral do Brasil, manifestando-se na progressiva construção de suas estruturas, em todos os níveis, e nas corajosas experiências pastorais que estão se multiplicando, já está repercutindo pelo mundo afora, não obstante, talvez, a incredulidade de sacerdotes e religiosos, filhos de nossa terra, que ainda não têm conhecimento daquilo que está se passando entre nós e menos ainda da repercussão ali fora.

Face ao progresso feito há dois anos para cá, ao ritmo acelerado com que está se processando e às forças já engajadas nêle, o movimento de renovação pastoral no Brasil nos parece já irreversível. A Igreja no Brasil está se transformando em uma Igreja dinâmica com força conquistadora.

Que Deus dê aos responsáveis da Pastoral do Brasil a graça de continuarem neste mesmo rumo, e com êste mesmo ritmo !

O padre é homem universal. Deve sentir-se tão próximo dos pobres como dos ricos, dos velhos como dos moços e dos casados. Deve, simultaneamente e com igual facilidade, compreender a mentalidade do industrial, do comerciante, do operário, participar dos dissabores de uns e das alegrias de outros, não ser indiferente a nenhum sentimento humano, seja ao orgulho cãndido da jovem mãe, à preocupação do pai de família, à perturbação do pobre coitado sem trabalho e sem abrigo... Somos padres para carregar as preocupações de todos os que nos são confiados.

VEUILLOT

ASSINE

DIVULGUE

COLABORE

com a revista

LITURGIA E VIDA

Pedidos e informações:

Directoria do Instituto Pio X

Rua Real Grandeza, 108

Botafogo

RIO DE JANEIRO (ZC-02) — GB

(Fone: 26-1822)

Escola Regional Pio X

Rua Caio Prado, 232

Caixa Postal 2848

São Paulo — 1 — Capital

(Fone: 34-1226)

Preço	{ ass. anual (6 números) :	Cr\$ 2 000
	{ via aérea	Cr\$ 2 250
	{ número avulso	Cr\$ 200

A Igreja dos Pobres

MONSENHOR ANCEL

Ainda que distribuisse todos os meus bens em sustento dos pobres, e entregasse o meu corpo para ser queimado, se não tiver caridade, isto nada me aproveita (I Cor 13,3).

FALAR DA IGREJA DOS POBRES, interpelação dos ricos na perspectiva do Concílio, não é tarefa fácil. Falando com toda a exatidão, este assunto, tal como o estudaís em vossas jornadas, nunca tal foi abordado no Concílio. Mas, o que foi dito no Concílio sobre os pobres e sobre a pobreza pode, certamente, trazer luz às diversas hipóteses de trabalho que haveis estudado. Contudo, não me contentarei em vos apresentar as afirmações doutrinárias e as diretrizes pastorais que estão contidas nos atos ou nas interferências conciliares. Seria, parece-me, insuficiente. Esforçar-me-ei, sobretudo, para vos introduzir no clima do Concílio no que respeita a este assunto.

Dir-vos-ei, pois, não somente o que ouvi nas assembléias plenárias mas, ainda, o que vi, ouvi e vivi nas minhas relações com outros membros do Concílio durante as sessões ou durante os intervalos. Minha exposição não será, por isto, um relatório de documentos oficiais; porém, mais do que isto, testemunho de alguém que se esforçou por viver o problema da pobreza e dos pobres durante o Concílio. Não citarei nomes de pessoas; não contarei episódios. Desejo unicamente ajudar-vos a descobrir, através dos nossos diálogos, aquilo que o Espírito Santo quis nos ensinar e o que de nós espera.

Julgo que, agindo assim, corresponderei melhor a vossa expectativa do que se procurasse deduzir dos atos conciliares as soluções concretas dos

problemas que estudastes. O que o Concílio deve, sobretudo, trazer-nos é Luz e um Espírito. Nesta Luz e com êste Espírito, deveremos depois abordar, cada um segundo sua própria missão, os problemas que se impuserem à nossa atenção.

Diante dos fatos

Para vos ajudar a entrar no ambiente do Concílio no que concerne à pobreza e aos pobres, lembrarei certos fatos, já vossos conhecidos, mas que devem estar presentes em vosso espírito se quizerdes compreender o que lá se passou.

Muitos, sem dúvida, não os haviam percebido suficientemente antes do Concílio, mas eles existiam, e um grande número de bispos, padres e leigos dêles já haviam tido consciência. Para êsses, tais fatos se tinham tornado sinais dos tempos.

1. Primeiro fato : os pobres no mundo não são, ou são pouco evangelizados

Para se constatar isto basta comparar a geografia religiosa com a geografia da fome. Do confronto se verifica que são os países mais pobres que constituem a imensa massa dos pagãos. De mais a mais, em grande número de países de tradição cristã, são os pobres os menos evangelizados. As estatísticas religiosas da França são formais sôbre êste aspecto. Esta constatação vale ao mesmo tempo para as categorias sociais em geral, e, dentro de cada categoria, para os mais pobres.

É bastante lembrar, na França, a situação religiosa do mundo operário e, dentro dêle, a situação religiosa das tramóias.

Dizendo que os pobres não são evangelizados não exprimo uma suposição, pois não pretendo julgar, e sim uma constatação.

2. Segundo fato : os pobres no mundo não podem mais suportar sua situação

Ainda aqui não supouho. Constato. Seja pelo método da não violência ou de uma pressão contínua e multiforme, as categorias sociais querem realizar seu avanço e os povos coloniais, sua independência.

Quanto aos que são demasiado pobres ou demasiado fracos para agir, caem, ou se arriscam a cair, numa espécie de decadência humana.

Evidentemente, esta constatação traz problemas. Alguns disseram : *Teria existido o marxismo se tivesse havido uma verdadeira justiça social no mundo ?* Outros disseram : *Se o marxismo não tivesse existido não teria havido revolução.* Mas não estamos no momento das interpretações. Constatamos.

3. *Terceiro fato : em muitos países cristãos a Igreja aparece como uma estranha, ou mesmo, como uma adversária*

Acusam-na de ser rica e poderosa e de se haver aliado aos ricos e aos poderosos. Uns dizem que esta aparência corresponde à realidade; outros, que estamos diante de pérfidas calúnias. De qualquer maneira, é um fato que em muitos países cristãos a Igreja tem esta fama junto aos pobres.

4. *Quarto fato : orientação para a pobreza e para o serviço dos pobres*

Alhures, e é um outro sinal dos tempos, nos anos que precederam ao Concílio, via-se crescer sem cessar o número dos que sentiam a necessidade de enveredar por um caminho de autêntica pobreza, e isso qualquer que fôsse sua situação de leigos, ou de padres, e quaisquer que fôsem suas funções na Igreja ou no Estado.

Podia-se também anotar um número crescente de homens, ou de mulheres, que queriam se colocar ao serviço dos pobres em seus países ou fora deles. E o que parecia outrora reservado aos religiosos ou às religiosas tornava-se uma verdadeira vocação para padres seculares e para leigos, celibatários ou casados.

Foi neste ambiente geral que o Concílio foi convocado. Foi também neste ambiente que o Papa João XXIII pronunciou, em 11 de novembro de 1962, as famosas palavras muitas vezes repetidas : *A Igreja que é a Igreja de todos quer ser, especialmente, a Igreja dos pobres.*

Em relação aos fatos que enumeramos e a essas aspirações ao encontro da pobreza e ao serviço dos pobres, que acabamos de evocar, João XXIII e o Concílio representaram papel catalizador.

O que era sabido por alguns, sobretudo de um modo intelectual, tornou-se como uma obsessão para toda a Igreja. É verdade : os pobres não são evangelizados; o mundo inteiro vive em estado de injustiça; a Igreja é uma estranha para os pobres.

Assim, o que ontem era a aspiração de alguns tornou-se, hoje, um problema para todos.

Estou certo que muitos pensam como eu, estou profundamente convencido que entramos em um movimento irresistível e irreversível. Na Igreja de Deus o Espírito Santo acaba de inaugurar uma nova etapa que será marcada por uma renovação profunda, segundo o Evangelho.

Essa renovação será ao mesmo tempo doutrinária e pastoral e será feita sob o signo da pobreza, do serviço aos pobres e da evangelização dos pobres.

Dificuldades e objeções

Experimentarei, agora, fazer-vos conhecer as reações do Concílio em relação à pobreza.

Inicialmente pudemos notar um número bastante elevado de intervenções conciliares que salientaram êste ou aquêlê aspecto da situação que vos apresentei e que proclamaram a necessidade de atender aos pobres, de evangelizar os pobres, de renovar a Igreja na pobreza. Não me lembro de ter ouvido, por aí afora, qualquer interferência em sentido oposto, seja para negar os fatos que relembramos, seja para se opor à remodelação da Igreja na pobreza, ao atendimento dos pobres ou à sua evangelização. Relembrou-se, e com muito acêrto, as exigências que se impõem à Igreja para render a Deus um culto digno d'Ele e a necessidade de evangelizar tôdas as categorias sociais, pobres ou ricas, ignorantes ou sábias. Parecia, pois, à primeira vista, que o Concílio não se tinha esbarrado em tal matéria com qualquer dificuldade, nem com qualquer objeção.

Na verdade não é assim. Não pudemos estudar objetivamente o problema da pobreza e dos pobres, no Concílio, sem levar em conta as dificuldades e as objeções encontradas. Desejaria consagrar a segunda parte da minha conferência ao estudo dessas dificuldades e objeções.

Entre as objeções há as que, por si mesmas, são desprezíveis. Elas provêm de um apêgo, por demais humano, a privilégios ou hábitos pouco conformes ao Evangelho. Há outras que, sem serem desprezíveis, mostram-se falhas de oportunidade face às necessidades do mundo contemporâneo. Entretanto, se quisermos ficar fiéis ao Evangelho, devemos nos lembrar da parábola do joio e do trigo ou, ainda, da atitude de Jesus para com os filhos de Zebedeu, que queriam fazer cair o fogo do céu sôbre uma cidade da Samaria, sob a alegação de que ela não os queria receber (*Lc* 9,56). Lembramos, também, o ensinamento de Jesus sôbre a dificuldade de fazer evoluir as mentalidades e os comportamentos. Diz Ele : *Demais, ninguém que bebeu do vinho velho, quer já do novo, porque diz : O vinho velho é melhor* (*Lc* 5,39).

Haveria, pois, uma maneira de reagir, face a certos desvios ou resistências às evoluções necessárias que não seria conforme o Evangelho. Voltaremos sôbre êste assunto quando falarmos sôbre a pobreza evangélica. Mas desejo, desde agora, vos assinalar esta tentação de impaciência e de agressividade que nos ameaça, com ameaça aos apóstolos de Cristo. Com êles estamos em boa companhia ! Mas devemos nos lembrar das observações do Senhor !

Deixando, pois, de lado as dificuldades e as objeções, que não têm caráter objetivo, apresentarei sômente as que devem ocupar vossa atenção. Enumerando-as, não faço mais do que introduzir-vos, de certa forma, em nossos diálogos do Concílio.

1. *Primeira dificuldade : de que se trata ? que queremos fazer ?*

Quando se fala da pobreza e dos pobres, esbarra-se com tôda sorte de perguntas : De que se trata ? Que quereis fazer ? — As perguntas tornam-se precisas : De que pobres falais ?... Da pobreza evangélica?... Da pobreza sociológica ?... E, se falais da pobreza sociológica, de que pobreza tratais ? Da pobreza econômica?... Da pobreza cultural?... ou da incapacidade social?... Da pobreza individual ou da pobreza coletiva?... Da pobreza de um grupo ou de uma nação?... Trata-se somente dos que têm fome e são iletrados ou também dos que não podem ascender às condições de vida que são comuns em seus países em nossa época?...

Alguns dizem que se deve chamar pobre tôda categoria social que vive em sujeição e na dependência, mesmo sob o ponto de vista econômico e cultural, ainda que tenha o necessário. Creio que há aí, efetivamente, uma forma de pobreza, mas estamos longe da pobreza daqueles que morrem de fome.

Do mesmo modo quando se fala de uma divisão mais justa dos bens ou, mesmo, de uma colocação dos bens em comum. Que se quer dizer ao certo ? Trata-se de esmolas individuais ou coletivas ?... Trata-se do abastecimento do países pobres sob o ponto de vista agrícola ou industrial ?... Como fazer essa repartição, essa colocação em comum ?... — Lembra-se então as dificuldades da primeira comunidade cristã em Jerusalém. Todos os bens foram postos em comum e, a princípio, não havia pobres entre eles. Depois, o tempo passou, e sabemos pelas cartas de São Paulo que havia sido preciso organizar por tôda parte peditórios para os pobres de Jerusalém. Lembra-se também fatos recentes : quiseram abastecer um país em via de desenvolvimento com máquinas agrícolas. Resultado imediato : dispensa em massa de trabalhadores agrícolas e, ao fim de alguns anos, esgotamento total da terra.

E que quer dizer a expressão “Evangelizar os pobres” ? — Alguns respondem : “Devemos primeiro tirá-los de sua pobreza e só depois poderemos evangelizá-los”. Outros : “Evangelizar os pobres é quase sempre exercer sobre eles um paternalismo que hoje muitos rejeitam e que diminui humanamente os que o aceitam”. Outros, enfim, fazem notar que a fórmula “Evangelizar os pobres” tem essencialmente um sentido espiritual.

Os pobres que são evangelistas são, antes de mais nada, aquêles que têm uma *alma de pobre*. São Francisco de Assis faz parte dêstes pobres, é evidente, mas São Luís também fazia parte e era Rei de França.

Quando, enfim, se fala da *pobreza da Igreja*, as objeções se multiplicam... Quereis fazer desaparecerem as igrejas, os conventos e os seminários ? Quereis destruir as bibliotecas e instrumentos da difusão do pensamento religioso ? Quereis retirar das igrejas os meios que lhes são necessários para cumprir sua missão ? Quereis suprimir as instituições que a Igreja precisamente estabeleceu para aliviar os pobres ?

Nada inventei do que acabo de dizer. Estas questões, sem dúvida, não foram levadas à Assembléia Conciliar. Entretanto, elas existem e contribuíram para criar o clima do Concílio. Será possível dizer que elas

são malsãs ? Certamente que não. A generosidade e a entrega de si mesmo são necessárias mas nunca poderão bastar. Rejubilemo-nos com a existência destas objeções. Elas nos obrigam a esclarecer nossos pensamentos e a precisar seu sentido; elas nos obrigam ainda a levar em conta a complexidade dos problemas e dos obstáculos nos quais esbarraremos necessariamente. Elas nos orientam, enfim, para a aquisição de uma aptidão social, ideológica, econômica e pastoral, da qual não mais poderemos prescindir se quisermos ser eficientes.

2. Segunda dificuldade: ensino doutrinal sobre os pobres e a pobreza

A segunda dificuldade é de ordem doutrinal. Certamente fala-se com frequência dos pobres e da pobreza na Bíblia, no Antigo e no Novo Testamento. Há também pontos sobre os quais estamos todos de acordo. Devemos desvincular nossos corações dos bens da terra e socorrer os pobres nas suas necessidades. Mas qual é, sob o ponto de vista doutrinal, a significação da pobreza na vida de Cristo ? Qual o sentido exato destas palavras *Ele me mandou evangelizar os pobres* ? Em que consiste a presença de Cristo no pobre, sua identificação com o pobre ? Que significam estas palavras "Desgraça para vós, ricos. É mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus" ? Como a pobreza dos Apóstolos se impôs aos sucessores dos Apóstolos ?

Perguntas não faltam. Respostas apressadas, superficiais, sentimentais e, sobretudo, parciais também não faltam. Mas é preciso reconhecer que *ainda não temos na Igreja uma verdadeira teologia da pobreza*. Certo, houve sempre na Igreja pobres segundo o Evangelho, mas sempre se os considerou, de preferência, como uma exceção, e porque se sabia que certas realizações efetivas da pobreza se referiam não a preceitos mas a conselhos evangélicos, ninguém se preocupava bastante da pobreza da Igreja, como tal, nem das formas de renúncia e de pobreza que pudesse, por vezes, impor-se em nome da solidariedade fraternal ou em nome do apostolado.

Confesso, com toda a simplicidade, que para mim foi espantoso constatar até que ponto eu era ignorante ! Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer aos teólogos e aos exegetas que, constatando, também eles, suas próprias deficiências, quiseram pôr mãos à obra.

Este trabalho produzirá seus frutos nos atos oficiais do Concílio. Assim é que um texto dogmático sobre a pobreza foi introduzido no esquema sobre a Igreja, que será apresentado na próxima sessão dos Padres do Concílio, e a preocupação da pobreza estará, parece-me, presente em toda a parte nos textos conciliares.

Mas é preciso reconhecer que, sobre este aspecto, temos muito que aprender. No catecismo que estudei, quando menino, havia uma veemente condenação da avareza como pecado capital, mas em parte alguma exaltava a pobreza evangélica e sua beatitude !

Encontramo-nos, pois, no Concílio, diante de uma dificuldade real ! Já tentamos vencê-la, mas ainda estamos longe do resultado. Não imagi-

nemos que o Concílio dê uma resposta definitiva a tôdas as nossas perguntas, mas nos alegramos porque êle está a ponto de se lançar a uma renovação completa relativamente à teologia da pobreza.

3. *Terceira dificuldade : conseqüências de uma renovação evangélica face aos pobres e à pobreza*

Esta dificuldade é ao mesmo tempo de ordem espiritual, apostólica e social.

É indiscutível que a apresentação do Evangelho é, em certo sentido, muito mais revolucionária que qualquer teoria social, econômica ou política.

Transferir a propriedade individual a grupos ou mesmo para o Estado é certamente revolucionário, mas dizer de um modo que tanto se aplica ao indivíduo, como aos grupos ou ao Estado, "Bem-aventurados, vós os pobres... Desgraça para vós, os ricos" ou ainda, como a Virgem Maria no *Magnificat*, "Derrubou os poderosos do seu trono e exaltou os humildes; saciou de bens os famintos, e despediu os ricos de mão vazia" — isso é infinitamente mais revolucionário, porque é uma inversão completa na ordem dos valores.

Mas ao mesmo tempo nos damos conta de que o Evangelho não se coloca inteiramente no plano das revoluções terrestres. Não há termo de comparação entre o Evangelho e as revoluções de 1789 ou de 1917; enganar-nos-íamos completamente se aplicássemos pura e simplesmente as palavras do *Magnificat* ao exílio de Napoleão I, ao desastre de Mussolini ou de Hitler ou à desgraça póstuma de Stalin.

Pelo próprio fato, nos encontramos frente a frente com uma das maiores dificuldades que possa encontrar, na Igreja e no Mundo, o movimento que nos conduz a uma renovação evangélica em face dos pobres e da pobreza.

Oh ! se sòmente se tratasse de pregar a esmola ou de pedir o desprendimento de espírito e de coração face aos bens terrestres, não se protestaria. Mas sente-se bem que será preciso ir mais longe e que o movimento atual deverá alcançar despojamentos individuais ou coletivos e mudanças de mentalidade, de comportamento e até de estrutura.

É então que surgem as dificuldades que poderemos exprimir assim : "Pregando uma melhor repartição dos bens terrestres e condenando as injustiças da atual situação, credes, talvez, pregar o Evangelho. Na realidade fazeis demagogia. Vossas palavras serão utilizadas pela propaganda revolucionária e, então, querendo fazer obra de amor, participais de uma obra de ódio".

De igual modo : "Pedindo a Igreja para se reformar a si mesma, para se despojar de seus bens e viver na pobreza, fornecereis armas a todos os adversários da Igreja e justificareis tôdas as espoliações de que ela tem sido alvo".

“Repetindo sem cessar que a Igreja deve ser a Igreja dos pobres, pareceis excluir os ricos da salvação; praticamente, vós os lançais para longe da Igreja e vos arriscais a nêles despertar um nôvo anticlericalismo”.

Enfim, “Colocais os bispos e o Papa diante de problemas insolúveis. Como poderão êles exercer suas funções cada vez mais extensas e complexas se tiverem de viver à maneira de Pedro e Paulo quando começaram a evangelizar o mundo? Se não o fizerem serão acusados de não viver segundo o Evangelho, se o fizerem não poderão mais cumprir suas tarefas”.

Vêdes que estamos longe de objeções ditadas pelo interesse ou pelo apêgo a tradições superadas. Sentis bem que estamos diante de dificuldades reais.

4. *Quarta dificuldade : a pobreza da Igreja*

Esta dificuldade se refere mais diretamente à pobreza da Igreja. Muitos, com efeito, não compreendem que a Igreja queira abandonar certas manifestações de grandeza que significa ao mesmo tempo a grandeza espiritual que lhe é própria, e, acima de tudo, a grandeza de Deus que a liturgia deve revelar.

Podem-se citar a favor desta preocupação inúmeros testemunhos oriundos de santos autênticos. O que é com freqüência citado, precisamente porque leva muito longe à realização efetiva da pobreza pessoal, é o Cura d'Ars que afirmava que não há nada belo demais para Deus. E não eram sòmente afirmações. O Cura d'Ars fêz grandes despesas para embelezar a sua pequena igreja e era feliz por ter, para celebrar, belos ornamentos que cobriam sua batina surrada.

Aliás, sôbre êste ponto, ouviram-se objeções até na Assembléia Conciliar. Alguns se indignaram com as críticas feitas por outros contra a riqueza da Igreja. Essas igrejas, diziam êles, foram construídas graças aos sacrifícios dos fiéis que assim queriam render homenagem a Deus. Seria uma injustiça abandonar o que êles erigiram à glorificação do Senhor. E, com que direito se poderia impedir, aos fiéis, que o desejam, a alegria de construir para Deus edifícios dignos d'Ele? A êste respeito vou citar as palavras que Jesus teria dito a Judas quando reprovava a Maria, irmã de Lázaro, os gastos exagerados que ela fizera derramando sôbre seus pés um perfume precioso.

Não pretendo ter esgotado a lista das dificuldades e objeções que ouvi sôbre êste assunto, desde a abertura do Concílio, mas o que vos disse bastará, penso eu, para demonstrar que não se pode avançar em tal terreno sem levar em conta a complexidade dos problemas a resolver e as conseqüências que resultarão das modificações a introduzir.

Disseram-se que Santo Tomás de Aquino tinha definido a prudência : *A arte de ser bem sucedido*. Não encontrei a citação exata, mas a fórmula permanece boa... contanto que se complete. Não se trata, a pretexto de imprudência, ficar sem fazer alguma coisa, mas por qualquer motivo

que seja, se quiser avançar sem ter em conta a complexidade do real, não se será com certeza bem sucedido. Alguém definiu o obstáculo em pastoral : "Que se havia esquecido da realidade". Não criemos obstáculos.

É, pois, na visão clara da situação de hoje, levando em conta simultaneamente, aspirações de uns, objeções de outros e, ainda, as necessidades que se nos impõe em nome do serviço dos pobres e da Evangelização, que me esforçarei por vos apresentar algumas orientações gerais na perspectiva do Concílio.

Orientações gerais relativas à pobreza

Não tenho intenção de retomar uma a uma as dificuldades já apresentadas. Não haveria tempo de fazê-lo e não creio que fôsse útil. Penso, com efeito, que elas desaparecerão à medida que se tenha noção de tudo que elas possam conter de positivo e que se apresente a pobreza evangélica de uma maneira autêntica. Então, achar-se-á a luz para avançar eficazmente neste caminho que, apesar dos cuidados, é um caminho novo.

Serei, nesta última parte, obrigado a ser muito breve, e me referirei, sem cessar, seja ao conteúdo das intervenções conciliares, seja ao trabalho que realiza o Concílio através de nossas permutas.

1. *Renovação doutrinal*

Temos necessidade antes de mais nada de uma renovação doutrinal a respeito dos pobres e da pobreza. Esta renovação é indispensável para dar à nossa ação a base que lhe é necessária. O trabalho já começou, como vos disse; parece-me que ele deve prosseguir em três direções complementares : a) estudo de Cristo pobre; b) o sentido do pobre; c) a pobreza evangélica como valor espiritual humano.

a) *Cristo pobre*

É para Ele que se deve olhar antes de tudo, e será preciso voltar sem cessar à sua contemplação.

Ele, o Filho de Deus, quis Ele mesmo se anular, tornar-se um homem como nós e participar de nossa vida. Permanecendo perfeitamente santo n'Ele mesmo, tomou a si nossos pecados. Quanto às conseqüências do pecado, isto é, à pobreza e tôdas as misérias humanas, o sofrimento, a morte, Ele as quis assumir realmente. Fazendo-se pobre e se tornando homem de sofrimentos, salvou-nos do pecado e da morte abrindo para nós as portas da vida aqui e na eternidade. Ao mesmo tempo quis trazer aos pobres a boa nova da sua salvação, e, para isto, Ele também quis se fazer pobre para que ninguém lhe pudesse dizer : "não viestes a mim". A pobreza de Cristo, sua vida com os pobres não é n'Ele um fenômeno passageiro, sem importância, está intimamente ligada ao mistério da Encarnação Redentora e não é senão um com êste mistério.

b) *Sentido do pobre*

Por seu exemplo, por suas palavras, Cristo nos deu também um ensinamento sobre os pobres. E este ensinamento tem um duplo fundamento. Por um lado, o pobre é de algum modo a imagem viva de Cristo, e o que se faz ao pobre faz-se a Cristo, e o que se lhe recusa, recusa-se a Cristo. Por outro lado, o pobre é verdadeiramente nosso irmão, nosso igual perante Deus. Ora, a fraternidade em Cristo é uma comunhão, logo uma divisão. "Tudo o que é meu é teu e tudo que é teu é meu".

Sem dúvida, se a julgarmos sob o ponto de vista econômico, a organização da primeira comunidade cristã de Jerusalém foi imprudente e terminou falindo, mas guarda para a Igreja, até o fim dos tempos, um valor de símbolo.

O pobre, pois, é Cristo. Que posso eu recusar a Cristo? O pobre é meu irmão. Que posso eu recusar ao meu irmão?

c) *Pobreza evangélica como valor espiritual humano*

Enfim, Cristo nos apresentou a pobreza evangélica como um valor ao mesmo tempo humano e espiritual. Pobreza evangélica, sob este ponto de vista, não é uma virtude particular; é a atitude de um ser que está inteiramente livre de todo apego aos bens terrestres, quaisquer que eles sejam, e, por conseguinte, plenamente disponível ao amor de Deus e de seus irmãos. Há somente as pessoas que pensam de uma maneira absoluta: Deus em primeiro lugar e acima de tudo, mas também nossos irmãos humanos, porquanto só há uma caridade.

Então os bens terrenos não são senão meios e só se investem da sua significação espiritual à medida que são orientados para a glória de Deus e para o serviço dos nossos irmãos.

Sem a pobreza evangélica, fica-se escravizado à matéria, idólatra e ensimesmado. A pobreza nos liberta e nos permite viver como homens e como filhos de Deus.

Mas esta pobreza evangélica é um dom de Deus. É preciso pedi-la, sem cessar, para nós e para nossos irmãos.

2. *Ter uma alma de pobre*

Não é suficiente conhecer a doutrina, é preciso vivê-la. Não basta apreciar a pobreza e dela descobrir a riqueza. É preciso ter uma alma de pobre. Então ter-se-á achado a primeira beatitude. Bem-aventurados os que têm uma alma de pobre.

Dela eu desejaria apresentar-vos algumas características. É o ideal que apresentarei. Não se trata ainda de realização ou de maneira de agir, mas é preciso ter em vista o ideal.

Aceita-se o que tem uma alma de pobre como ele é, isto é, com seus limites, com suas deficiências e com seus pecados. Ele se apresenta diante

de Deus como o publicano. Não julga os outros, como fazia o fariseu. É um humilde.

O que tem alma de pobre é um manso. Não quer se impor aos outros e ainda menos dominar. Compreende-os e não os condena. Aceita-os tal como são, suporta-os e procura estar em paz com todos.

O que tem alma de pobre *sente* os pobres, descobre-os, respeita-os e dêles tem quase inveja, porque são mais pobres do que ele. Sobretudo se põe ao seu serviço, protegendo-os, defendendo-os, procurando esforçadamente tirá-los de dificuldades. Torna-se, então, provedor e quase apaixonado em seu amor pelos pobres.

O que tem alma de pobre tem, ao mesmo tempo, *alma de apóstolo*. Ama profundamente a Deus e seus irmãos para não sofrer ao pensar que muitos não conhecem seu Pai e seu Salvador. Entretanto, bem sabe que não será ele que os converterá, mas Deus, somente. Respeita a liberdade dos outros e não faz propaganda. Mas, por seu procedimento e, ocasionalmente, por suas palavras, revela a Cristo que nêle existe.

O que tem alma de pobre é livre. Os bens exteriores não o dominam. Dispõe dêles segundo seu estado, segundo as circunstâncias, segundo as necessidades dos seus irmãos. É livre. Diversos serão os aspectos da sua pobreza. Amar a Deus e seus irmãos é o sentimento dominante. Ele, então, se entrega inteiramente. Nada o poderá deter.

São Francisco de Assis tinha uma alma de pobre. Isto é certo. E também São Luís. E todos nós sentimos que João XXIII tinha alma de pobre, ele que foi Papa e que viveu no ambiente grandioso do Vaticano.

Quando meditamos sobre estas coisas nos sentimos longe, muito longe do Evangelho. Então oramos por nossa conversão e pela conversão dos nossos irmãos. E não mais temos vontade de julgar os outros.

3. O serviço dos pobres

Não se precisa ter alma de pobre plenamente desenvolvida para começar a agir. Esperar-se-ia muito tempo. Aliás, é entregando-se tão bem quanto possível ao serviço dos pobres que se obterá do Senhor a beatitude da pobreza. É por isto que vos falarei desde já do serviço dos pobres.

O serviço dos pobres é multiforme. Nada substituirá os serviços *diretos e imediatos* que se pode prestar aos pobres que estão ao nosso alcance. E, se tivermos alma de pobre, veremos que estamos rodeados de pobres. Mas na época atual, com a socialização que a caracteriza, o exercício individual da caridade fraterna não será suficiente; é indispensável que o auxílio seja exercido de *maneira coletiva*. Poder-se-á sem dúvida criticar as grandes organizações de caridade. Será preciso, sobretudo, melhorá-las, nelas tomando parte, porque elas permanecerão indispensáveis. Entretanto, tudo isto não basta! É necessário ir até às raízes da pobreza. Não esqueçamos que o mundo de hoje é *uma máquina de fabricar pobres*. O serviço dos pobres exige, pois, *de cada um de nós a participação que fôr possível e uma ação institucional de ordem social, econômica e política*,

a fim de agir eficazmente para que não haja mais pobres no mundo. O serviço dos pobres *pede a estreita conjugação da competência e da organização*, de um lado, e *do espírito evangélico* de outro lado. Vós vos lembrais da primeira comunidade de Jerusalém. Ela é para nós um duplo ensinamento do que é preciso fazer : fraternidade entre os homens e desaparecimento dos pobres ; ensinamento do que se não deve fazer : falta de competência e de organização.

É preciso não imaginar que Deus vai fazer milagres para suprir a nossa incompetência. Se Deus nos deu inteligência é para que dela nos sirvamos. É preciso também imaginação para descobrir maneiras de agir que sejam exequíveis. É todo o ser humano que deve entrar, de modo ao mesmo tempo individual e coletivo, ao serviço dos pobres.

É preciso dizer, ao mesmo tempo, que a competência e a organização nunca serão suficientes. Nada substituiria a *animação evangélica*. Quem quiser se pôr ao serviço dos pobres deve ter o *sentido* do pobre.

O serviço dos pobres requer, enfim, vocações individuais quanto ao pessoal e uma disposição ousada e prudente, ao mesmo tempo, nos quadros institucionais.

Falando de vocações individuais, penso especialmente nas necessidades dos povos em fase de desenvolvimento, instrutores, médicos, enfermeiros e técnicos em geral.

Falando em disposição (ou predisposição), penso que estamos em condições de ultrapassar a época em que idealistas generosos acreditavam que bastava substituir um regime por outro para que tudo seja melhorado. Por certo, não é preciso querer a qualquer preço manter um determinado regime e a Igreja não está ligada a regimes políticos ou econômicos, quaisquer que sejam. Mas, não se trata de fazer triunfar uma ideologia ; há pobres esperando. É, então, necessária uma predisposição que atinja um verdadeiro serviço de pobres. Isto também nos é pedido.

Penso em reformas agrárias. Penso em reformas de empresas. Penso, enfim, na obscuridade de uma situação mundial em que todos os governos afirmam que querem a paz e, ao mesmo tempo, gastam centenas de milhões de dólares por ano para preparar a guerra enquanto dois bilhões de homens sofrem fome. Sei muito bem que só uma solução mundial poderá resolver este problema e que ele só será resolvido com o desaparecimento dos antagonismos ideológicos e nacionais ; mas quis nêles falar porque, esperando, os pobres continuam a morrer de fome.

Estou seguro de que, a este respeito em particular, o Concílio não falhará em sua tarefa.

4. *A Evangelização dos pobres e dos ricos*

Ah ! se tivéssemos, verdadeiramente, alma de pobre não haveria mais problema ! Perceberíamos, como por instinto, o que devemos fazer. Mas estamos longe disto ! Desejo, tendo em vista o Concílio, vos apresentar algumas diretrizes, e essas diretrizes apresento-as tanto aos pobres como aos

religiosos e religiosas e, ainda, aos leigos porque êstes também, por seu batismo, receberam missão de evangelizar seus irmãos. Caberá a cada um a tarefa de as aplicar segundo seu estado e sua situação.

- a) *Para a evangelização dos pobres* apresentar-vos-ei três normas complementares :

A primeira é *uma norma de presença*.

Na hora atual, se verdadeiramente quisermos evangelizar os pobres, precisamos nos tornar um entre êles, pelo modo de vida e pela mentalidade, segundo o exemplo do Senhor Jesus, e tudo dentro de um amor puramente fraternal. O que acabo de dizer é verdadeiro para todos os graus e formas de pobreza.

Se não se puder chegar a êste ponto é preciso, ao menos, aproximar-se dêles o mais possível, fazer-se humilde ao seu serviço e descobrir o mais cedo possível, entre êles, os que o Senhor escolheu para serem os apóstolos de seus irmãos.

A segunda é *uma norma de esperança*. O Evangelho, com efeito, é a boa-nova, e esta boa-nova diz respeito a toda a vida humana. Não se evangeliza almas, mas homens. Sobre um plano terrestre é preciso ajudar os pobres a se aperceberem do que poderão fazer, seja para sua ajuda mútua, seja para trabalharem juntos no sentido de melhorar sua sorte. E isto, num clima de amor, de alegria e de paz.

Ao mesmo tempo e através desta educação podemos ajudá-los a descobrir os valores espirituais e eternos de sua vida presente, seja os que estão escondidos na sua própria ação, seja os que se unem diretamente a Deus, seu Pai, que os ama e aguarda para introduzi-los em sua glória.

A terceira é a do *universalismo no amor*. O perigo, para os pobres, Jesus lhes disse, é o de serem submersos pela preocupação materialista : "Que comeremos ? Como nos vestiremos ?" Esta preocupação materialista redobra-se sobre si ou sobre os interesses coletivos ; diminui o homem e não lhe permite entregar-se ao amor de Deus e dos seus irmãos.

Devemos, pois, anunciar o Reino de Deus e Sua Justiça, sabendo que tudo o mais será dado por acréscimo ; dito de outro modo : devemos anunciar aos pobres o universalismo do amor.

E não se diga que um pobre é incapaz de se elevar a êsse universalismo ! Sim, êle é capaz, e muito mais do que nós ! (Falo ao menos por mim) . Nada há mais triste no pobre do que a inveja ou o ódio ; nada mais belo nêle do que o universalismo do amor. Mas esta terceira norma engloba as duas anteriores e delas é o coroamento.

- b) *Para a evangelização dos ricos*, também vos apresentarei três normas.

A primeira é *de amor*. Jamais os ricos poderão ser evangelizados, se não se sentirem amados até suas riquezas e não apesar delas. E quando falo de riquezas, falo não só dos bens materiais, mas, também dos bens culturais e do poder social, econômico e político.

Mas, para chegar a êsse amor de rico até em sua riqueza, é necessário ter descoberto a significação dos bens materiais, da cultura e do poder segundo o Evangelho. Estas riquezas só são autênticas na medida em que entram no plano divino do serviço dos homens; mas neste nível elas têm um real valor. É êste valor positivo que é preciso inicialmente perceber no rico, no sábio ou no poderoso, e não as deficiências quase fatais que acompanham a fortuna, a cultura e o poder.

Eis agora uma segunda norma : *é uma norma de desprendimento e de pobreza evangélica*. Se não tivéssemos o Evangelho não poderíamos prosseguir, mas, no Evangelho, encontramos o ensinamento do Senhor aos ricos e sobretudo encontramos seu exemplo.

É preciso, pois, que o possuidor de bens terrestres, rico, sábio ou poderoso, se dê conta, iluminado por Deus, dos imensos perigos que corre e, ao mesmo tempo, da única possibilidade de salvação que se lhe abre. E esta possibilidade está precisamente na pobreza.

Quando falo da pobreza, não falo, em princípio, do desprendimento efetivo. Não pedimos a um rico que se desfaça dos seus bens, que renuncie ao uso da sua cultura, que se demita da sua autoridade; mas devemos pedir-lhe que se ajuste a Cristo Jesus, que se aniquilou a Si mesmo pondo-se ao serviço dos seus irmãos. Mostrar-lhe-emos que há nesta perda imenso ganho.

Aceitando não ser mais o dono de sua ciência, de sua fortuna e de seu poder, e tornando-se o encarregado de Cristo para pôr sua fortuna, sua ciência e seu poder ao serviço de seus irmãos, o rico entrará no caminho da salvação.

c) Eis enfim a terceira norma; *é de ação com uma alma de pobre*. A segunda norma, desde que a ela nos ajustemos lealmente, conduzirá a uma mudança de atitude; é ao mesmo tempo a perda e o ganho, a morte e a vida. A partir desta mudança de atitude, começa para o rico, que se converteu a uma vida nova, uma ação na qual êle emprega tôdas as suas possibilidades humanas e todos os seus bens ao serviço de Deus e de seus irmãos, a um só tempo para a construção da Cidade terrestre e para o evento do Reino de Deus.

É neste momento que se lhe imporão um certo número de desprendimentos efetivos, e isso em nome das exigências da caridade fraternal. É também neste momento que êle poderá melhor se empregar ao serviço do bem comum, não hesitando em impor a si próprio e a seu semelhante o desprendimento efetivo que será necessário para que os bens da fortuna e da cultura sejam melhor repartidos, para que todos possam, de certo modo e em certo grau, participar individual e coletivamente das diversas formas de poder.

Se o Evangelho não fôsse capaz de conduzir os ricos dêste mundo ao caminho da salvação, não seria universal. Ora, haverá sempre ricos neste mundo, qualquer que seja o regime econômico ou político que seja estabelecido.

Também será sempre verdade que a salvação continuará humanamente impossível para os ricos, mas o que é impossível para os homens é possível a Deus.

Lemos no Eclesiástico (um dos livros mais sábios da Bíblia) este elogio ao rico : *Bem-aventurado o rico que foi achado sem mácula, que não correu atrás do ouro, que não colocou sua esperança no dinheiro e nos tesouros ! Quem é esse homem para que o felicitemos ? Ele fez prodígios durante sua vida. Aquele que foi tentado pelo dinheiro e encontrado perfeito, está reservada uma glória eterna; ele podia transgredir a lei e não o fez. Ele podia fazer o mal e não o fez. Por isso, os seus bens serão fortalecidos no Senhor, e toda a assembléia dos santos louvará as suas esmolas.* (Ecli 31, 8-11). E a Igreja adotou este texto para o ofício dos confessores não pontífices.

Para ser completo, seria ainda necessário falar da evangelização coletiva dos povos ou das categorias sociais, pobres ou ricas. Mas são. de um lado, os mesmos princípios que intervêm, só variando a maneira de aplicá-los e, de outro lado, é preciso confessar que estes problemas, apesar de importantes, ainda não foram abordados no Concílio, nem nas Assembléias plenárias, nem nas consultas privadas. Farei entretanto uma exceção para a conferência que M. Folliet deu, duas vezes, aos bispos sobre a necessidade da pobreza evangélica para uma organização econômica mundial.

5. A pobreza na Igreja

Terminarei minha exposição dizendo algumas palavras sobre a pobreza na Igreja, no entender do Concílio.

No terreno dos princípios, há três orientações que parecem tomadas de maneira definitiva. De um lado, a Igreja quer *renunciar a todo triunfalismo*. Ela quer se apresentar ao mundo não como dominadora, mas como serva. Este princípio foi fortemente afirmado na mensagem dos bispos (outubro de 1962) e retomado várias vezes, sob forma positiva ou negativa, nas numerosas intervenções.

De outro lado, a Igreja quer se tornar cada vez mais *independente face ao poder civil e às diversas categorias sociais* quaisquer que sejam. Sobre este ponto também, a unanimidade parece obtida.

Enfim, a Igreja quer ser, entre os homens, como *a representante viva de Cristo Jesus*, de quem ela é o corpo. Isto também foi afirmado por João XXIII e por Paulo VI, e a afirmação dos Papas foi muitas vezes repetida no Concílio.

Mas se, no terreno dos princípios, o acôrdo parece ter sido conseguido, há dificuldades que subsistem e mesmo, é preciso confessar, verdadeiras divergências. Citei estas dificuldades na minha segunda parte e não retornarei a elas. Penso que para progredir, será preciso estudar mais profundamente as condições *de um testemunho autêntico da Igreja no mundo atual*.

As respostas que forem apresentadas não serão as mesmas em todos os países. O comportamento da Igreja não pode ser o mesmo em uma região totalmente cristã, numa região descristianizada ou no meio dos não-cristãos. E esta divisão tripartida é, ela própria, muito deficiente. Que diferença, por exemplo, entre a Irlanda ou a Holanda, de um lado, e a Espanha e a Itália de outro !

Mas, qualquer que seja a hipótese, é preciso aceitar as reformas que forem necessárias não só para que desapareçam as contradições mas, ainda, para que a Igreja possa revelar aos nossos contemporâneos, quaisquer que sejam, a visão autêntica de Cristo.

Ao mesmo tempo, é preciso compreender que as reformas de estrutura não poderão ser estabelecidas na Igreja pela força ou por simples decisão de autoridade superior. Deverão ser preparadas por *uma ação educativa individual e coletiva* que, tendo em conta toda a realidade, introduza, progressivamente, mudanças na mentalidade dos padres e dos fiéis. Isto não importa em dizer que esta ação educativa seja feita sem a intervenção da autoridade. Serão necessárias decisões conciliares, ou de nível episcopais ou diocesanas. Tudo deve andar de acordo. Mas a essência da renovação que buscamos será alcançada através de ação educativa, ou dizendo de outro modo, pela evangelização das pessoas e das coletividades. É preciso, enfim, que, respeitando as divergências compatíveis com a unidade da Igreja, o povo de Deus, todo ele, prossiga em uma *ação de conjunto* para realizar o que Cristo, seu Chefe, dêle espera.

As realizações serão diferentes, certamente, segundo os países, ou mesmo no interior de cada país, e não poderão ser as mesmas por toda a parte. Seria razoável impor as mesmas regras a Ivry e a Cholet ? Mas é preciso que sintamos, em toda a parte, a necessidade de uma renovação profunda, não unicamente teórica mas prática, não unicamente nas mentalidades, mas na realidade.

Como já vos disse, concluindo minha introdução histórica, encontramos-nos no início de nova etapa na história da Igreja. João XXIII não hesitou em dizer que o Concílio seria um novo Pentecostes para toda a Igreja. Em particular, no que concerne à pobreza, sentimos claramente que se esboçou um movimento irresistível e irreversível. Razão forte para nêle nos empenharmos de todo coração com fervor e com cautela, com força e com sabedoria, unidos e respeitosos com as divergências, na caridade enfim que *nada faz de inconveniente, não busca os seus próprios interesses, não se irrita, não suspeita mal... tudo crê, tudo espera, tudo suporta* (I Cor 13, 5-7). Assim pela prática sincera da caridade cresceremos em todos os sentidos, naquele que é a cabeça, Cristo (Ef 4,15) e o revelaremos aos homens, nossos irmãos, para que eles sejam salvos !

Assistência à Saúde

Integração da Educação Sanitária no Serviço Médico Hospitalar

IRMÃ ANA CÂNDIDA

EM muitos países, e de modo particular no Brasil, o Serviço de Saúde Pública deixa muito a desejar. Parece que ainda não se compreendeu, ou permanece no subconsciente, a importância da educação sanitária do povo, para que a medicina seja eficaz e construtiva. Em nossos hospitais torna-se necessária a integração do serviço médico com o Serviço de Saúde Pública, integração esta necessária para o incremento da saúde e a profilaxia das moléstias.

Nos últimos decênios, a crescente complexidade dos cuidados médicos e de enfermagem deu origem às especializações e, em consequência, à dispersão de indivíduos e de serviços. Porém, é preciso recordar que o paciente deve ser tratado como um *todo*. Urge a prática dêste princípio: um *todo*!... É neste sentido que se poderia começar dizendo que o ser humano é individual e que não é meramente um organismo que atua e interatua no seu meio físico e biológico. Pois, o indivíduo está continuamente recebendo influência de forças sócio-culturais, o que o afeta em todos os momentos de sua vida. Ora, só com a integração da educação sanitária no serviço médico-hospitalar é que estaríamos atendendo também à necessidade de considerar a atuação destas forças sócio-culturais e psíquicas na moléstia do paciente.

O serviço de educação sanitária não só atuará sobre a pessoa do paciente mas atingirá a sua família, o seu meio social e cultural.

Vantagens

Dêste modo, saltam a nossos olhos as grandes vantagens desta integração, as quais se poderiam resumir no que segue:

- 1) melhor aproveitamento no ambiente familiar;
- 2) pronto reajustamento no ambiente familiar;
- 3) melhor cooperação do paciente, de sua família, para uma convalescença suave e futuro próximo sadio.

Os pacientes têm família — este é o título de um livro de H. B. Richardson. Trata êle, de modo especial, da psicopatologia social do grupo familiar, em relação com qualquer tipo de doença. Richardson diz que o indivíduo constitui uma parte da família, esteja êle com saúde ou enfermo. A idéia de doença, como entidade que se liga a uma só pessoa, deixa de existir desde que se tenha em mente que a doença constitui parte integrante do processo contínuo da vida. Ora, a família é a unidade da doença, por ser ela a unidade da vida. Ninguém ignora a poderosa influência que o meio familiar e seu clima emotivo exercem tanto no psíquico como no todo do indivíduo.

Objetivos

Depois destas considerações, conclui-se que a integração da educação sanitária no serviço médico-hospitalar teria em resumo os seguintes objetivos :

- 1) considerar e tratar o paciente como um *todo*;
- 2) obter diagnóstico precoce e, em conseqüência, cura mais rápida;
- 3) bom ajustamento do paciente no seu ambiente familiar;
- 4) boa cooperação do paciente e da família para breve restabelecimento;
- 5) incutir nos familiares o espírito positivo de ajuda e cooperação, para que o paciente encontre apoio no período de convalescença e reajustamento;
- 6) levar o paciente e membros da família a adotarem os meios e práticas sanitários e se familiarizarem com os mesmos;
- 7) dar maior senso de responsabilidade aos indivíduos no sentido de adotarem precauções razoáveis no modo de viver, submetendo-se a exames médicos periódicos;
- 8) educar e orientar os familiares, para que tenham uma vida sadia em seus diversos aspectos sócio-culturais, com destaque nos emotivos, físicos e espirituais.

Requisitos necessários

Para que a equipe de saúde trabalhe eficazmente, é preciso que esteja familiarizada com o trabalho de saúde e das doenças das comunidades, que conheça suas facilidades e recursos, sua estrutura constitucional. Deve conhecer também seu quadro subjetivo, isto é, a perspectiva de uma determinada sociedade sobre sua saúde e doenças. Deve saber :

- 1) o que o povo entende por doença;
- 2) como a define;
- 3) que doenças conhece e como as classifica;
- 4) quais as suas noções sobre prevenção e etiologia;
- 5) qual o seu conhecimento das técnicas curativas;
- 6) qual a ligação existente entre a doença e os aspectos de sua cultura.

A enfermeira de saúde pública hospitalar deve estar capacitada para organizar programas de saúde, empregando os melhores métodos pedagógicos e meios audiovisuais, a fim de obter a mais eficiente educação sanitária da coletividade.

Seria ideal se a enfermeira de saúde pública hospitalar mantivesse inter-relação perfeita com as enfermeiras de saúde pública dos centros de saúde, a fim de que os cuidados de enfermagem e o trabalho de educação não sofressem solução de continuidade. Assim o paciente, por ocasião de sua alta hospitalar, seria recebido pela enfermeira de saúde pública da área correspondente ao seu domicílio, com as instruções que se fizessem necessárias; ou então o paciente, ao ser hospitalizado, deveria ser encaminhado à enfermeira de saúde pública hospitalar, acompanhado do relato de todo o trabalho executado pelo centro de saúde.

Como fazer o programa

A enfermeira de saúde pública ou a equipe de saúde hospitalar organizará um programa de educação sanitária, conforme os recursos e facilidades de que dispõe o hospital. Em linhas gerais, damos um plano deste programa :

- 1) verificar e estudar os recursos e facilidades da comunidade;
- 2) auscultar o interesse do grupo que se vai educar (adultos ou crianças, grupos de mães, etc.);
- 3) observar o grau de instrução do grupo ou do indivíduo;
- 4) aplicar todos os meios de aprendizagem :
 - a) palestras com doentes e familiares, sobre os meios de prevenção das moléstias mais comuns e próprias da região;
 - b) demonstrações de curativos e cuidados para a profilaxia de anomalias e de escaras;
 - c) filmes, desenhos e cartazes instrutivos nas salas de espera, corredores e consultórios;
 - d) distribuição de folhetos, após demonstrações e palestras de determinados assuntos;
- 5) fazer visitas domiciliares aos convalescentes e paraplégicos;
- 6) nos hospitais em que há escolas de enfermagem fazer integração dos aspectos sociais e de saúde no seu currículo;
- 7) promover, com as alunas, seminários, discussões em grupos, demonstrações, palestras e programas de educação em serviço;

- 8) dar oportunidade para atividade de integração nos campos clínicos, incluindo os ambulatorios;
- 9) incutir em todo o pessoal de enfermagem, profissional ou não, o verdadeiro sentido de "cuidado integral" pelo paciente; assim o simples atendente saberá dar, a um paciente com alta, instruções elementares de utilização dos meios que encontra em sua casa, para o cuidado da saúde e a prevenção de acidentes;
- 10) estabelecer rotinas do trabalho de educação sanitária nas clínicas e ambulatorios;
- 11) manter um arquivo de fichas, nas quais se encontre um relato de todas as atividades educativas e sanitárias do hospital e das necessidades que apresenta o caso.

Assim, por exemplo, a enfermeira-chefe de cada unidade comunicará à enfermeira de saúde pública a alta do paciente, por meio de uma ficha, na qual anotará as condições do paciente e as recomendações do médico. A enfermeira de saúde pública, ou um outro membro da equipe, dará instruções necessárias, as quais poderão ser feitas pelas alunas em estágio.

Nos ambulatorios, fazer palestras, demonstrações, atingindo determinados grupos, preestabelecidos, no período em que aguardam a consulta. Nestas palestras serão abordados assuntos referentes às moléstias comuns e características na região, e o emprego dos meios preventivos dos recursos que oferecem os postos de saúde da zona em que residem os interessados.

Papel da escola de enfermagem

Vejamos algumas medidas a serem tomadas pelas escolas de enfermagem para a melhoria dos *cuidados totais* de enfermagem :

- 1) definir o conceito de cuidado total de enfermagem;
- 2) esclarecer as alunas sobre o verdadeiro conceito de enfermagem, que não visa apenas os aspectos curativos mas sobretudo os profiláticos e educativos;
- 3) investigar as facilidades da comunidade para comunicar os recursos disponíveis ao paciente à sua família;
- 4) manter entrosamento com o serviço social médico;
- 5) utilizar as facilidades da comunidade para dar às estudantes de enfermagem experiências educacionais;
- 6) dar à professora de saúde pública oportunidade para fazer parte da comissão de currículo;
- 7) programar atividades que facilitem a integração de saúde pública nos campos clínicos, incluindo os ambulatorios;
- 8) promover, com as alunas, seminários, discussões em grupos, demonstrações, palestras e programas de educação em serviço.

A Escola de Enfermagem da Universidade da Bahia já procurou fazer esta integração dos aspectos sociais e de saúde no seu currículo, desde 1956.

Inicialmente, a Diretoria desta Escola nomeou duas professoras para atuarem no campo da saúde pública. Estas elaboraram um plano de integração nos quatro anos do curso de Enfermagem, além da execução do programa de Saúde Pública propriamente dito, dado no último ano escolar.

Assim, na Cadeira de Introdução à Enfermagem, a professora ensinou o significado de saúde, a importância da sua manutenção, os recursos de que a comunidade dispõe. Em Saneamento, foi feita a identificação, junto à Enfermeira de Saúde Pública, dos problemas sanitários das habitações e visita ao Serviço de Tratamento de Águas. Ao ministrar o ensino de Nutrição, foram salientados os fatores educacionais e sócio-culturais que influenciam nas dietas equilibradas e como as carências alimentares favorecem as doenças.

No decorrer do trabalho prático no hospital, discutiu-se em grupo, a importância do estudo dos fatores familiares e sociais que atuam no estabelecimento das moléstias e como o hospital moderno tem papel relevante, no sentido de melhorar e conservar a saúde da coletividade, dentro dos melhores padrões.

A professora de Enfermagem de Saúde Pública deve acompanhar o desenvolver do currículo, trocar idéias sobre o planejamento do curso e esclarecer onde melhor podem ser integrados os aspectos sociais e de saúde.

Para os doentes, queremos *cuidados integrais*.

Nos currículos, costumamos dizer que desejamos *instrução completa* para nossas alunas. Isto só se dará quando os membros do corpo docente de uma escola se mantiverem unidos, em mútua colaboração, a fim de alcançarem melhor aprendizagem e oferecerem ao paciente tratamento de padrão elevado.

Pesa sobre as escolas de enfermagem a grande responsabilidade da formação integral das estudantes, futuras enfermeiras que elevarão cada vez mais o padrão da enfermagem em nossa Pátria, atendendo às suas necessidades prementes, no sentido da melhor compreensão e solução dos problemas de saúde, tão grandes em nosso Brasil.



Todo educador é profeta que anuncia e prepara o Natal na alma da criança.

SENHOR PARIS

Numa recente passagem pelo Rio, o Sr. Thomas Coughlan, Presidente do Clube Serra Internacional, — que é também presidente de vários bancos, diretor de algumas firmas, membro de comitês, juntas, consultor do prelado e pai de oito filhos — ao ser-lhe perguntado como encontrava tempo para se dedicar a esse Clube e à causa das vocações, veio rápida a resposta:

— Apreendi no Evangelho. Desde que comecei a cuidar mais das coisas de Deus, mais tempo encontrei para meus negócios.

(Do Informativo Vocacional, n.º 4)

Pensionato Ideal

Segunda parte do trabalho "Missão e responsabilidade da diretora de pensionato" de Madre Guillemín, Superiora Geral das Irmãs de Caridade, publicado na Revista RELIGIEUSES D'ACTION HOSPITALIÈRE ET SOCIALE.

MADRE GUILLEMIN

AS JOVENS, quando vêm a nós, esperam encontrar : alimentação, moradia, um certo ambiente e, por vêzes, um emprêgo. Em que condições nossos pensionatos podem fazer face a estas necessidades ?

1. O trabalho

Todos estão convencidos de que o trabalho cotidiano deve trazer não sòmente um salário suficiente mas, tanto quanto possível, uma satisfação construtora da personalidade. Para adaptar um emprêgo às possibilidades físicas, às capacidades profissionais, ao temperamento de uma môça, a assistente social e a diretora que, evidentemente, conjugam seus esforços deverão conversar francamente com ela. Algumas perguntas ligeiras sòbre os acontecimentos anteriores permitirão eliminar, por exemplo, um estágio em pé, prolongado, um esforço muscular continuado, um trabalho em atmosfera úmida etc. Nesta busca de trabalho abster-se de tomar pessoalmente iniciativas, mas dirigir e apoiar as da candidata.

É preciso não se contentar em orientar inteligentemente, segundo as aptidões, mas depois ajudar a bem se desempenhar.

Não é necessário dizer que a responsável por um pensionato, com uma intuição exercitada, deve poder descobrir os sinais de um sofrimento, de uma inadaptação. A pesquisa em comum da causa permite, por vêzes, afastar uma incompatibilidade, física ou moral, das condições de trabalho.

2. A moradia

A moradia desempenhará um grande papel no equilíbrio físico e mesmo moral das nossas jovens. A maior parte das vezes ela não esteve só um único momento no começo do seu dia normal e deseja encontrar uma possibilidade de isolamento, que não utilizará por muito tempo, mas cuja necessidade é suficientemente poderosa para lhe fazer preferir um quarto individual a um dormitório coletivo.

Detenhamo-nos um pouco nesta questão da moradia. Nossas pensionistas passam poucas horas *em casa*. Mas isto não justifica indiferença a respeito do problema material. Sabemos que esse domicílio ocasional pode ter uma influência considerável e modelar hábitos de vida.

Além das exigências de salubridade e de higiene, isto é, de luz, ar e água indispensáveis, ela deve encontrar conforto simples, mas de boa qualidade.

Isto se traduzirá, em primeiro lugar, por um *espaço suficiente* que lhe permita se locomover sem tropeços, oferecer uma cadeira a uma amiga, mudar de lugar segundo sua vontade ou suas necessidades e pôr uma pequena mesa de trabalho. Conforto também nos móveis, que devem ser práticos, convidando à organização uma geração pouco inclinada à ordem.

Não se deve desprezar o benefício de uma roupa de cama impecável sobre corpos cansados nem o benefício trazido por uma noite de sono calmo. Um mínimo de isolamento acústico é também desejável a par da solidão física.

3. A alimentação

As refeições do meio-dia são quase sempre feitas fora, em cantinas ou restaurantes universitários. Sanduíches e outras soluções de economia — justificadas pelos fatores tempo, dinheiro, distância do local de trabalho — substituem seguidamente o almoço no pensionato restando a êste tão-somente o encargo do jantar. As preferências alimentares das jovens são, por vezes, desconcertantes e põem em desordem nossas previsões de cardápios para a coletividade.

Um dever estrito permaneça para nós diante dêste período de suas vidas, no qual se completam suas estruturas físicas : o de dar uma alimentação substancial e equilibrada. Algumas regras nesse domínio são clássicas e não devem, na medida do possível, ser transgredidas. Um cardápio se equilibra pelos acepipes e pelas sobremesas. São, aliás, os dois polos de atração para a mocidade. É preciso concordar também em sacrificar um pouco à moda... O fator psicológico é sempre de grande força.

Tôda a alimentação é mais ou menos revestida de significações simbólicas e portadoras de lembranças. Tôda refeição preparada em função dos hóspedes realiza em redor de cada mesa um laço de amizade, de comunicação e de troca. Contribui para a difusão de um calor humano do

qual as jovens dos nossos pensionatos estão sempre ávidas. Um inquérito acentua : um dos meios que parece mais adequado para manter o espírito de família é o de conservar certas tradições — o *bôlo de reis*, o *bôlo de aniversário* com velas, as festas de Natal e Páscoa, etc.

Esta deve ser uma das finalidades do pensionato : fazer viver as môças em uma atmosfera ampla, cordial e familiar.

Função educadora (*)

Contudo, os elementos necessários à vida física não são os únicos que condicionam a integração da môça ao pensionato. Este será : 1) educador da pessoa humana, que deve viver em sociedade; 2) educador da pessoa batizada, que deve viver na Igreja.

1. Educador da pessoa humana

A educação faz supor o conhecimento. Que a religiosa diretora conheça cada môça com este conhecimento de amor que é o único verdadeiro. Deus nos conhece verdadeiramente, porque êle nos ama. A lei do número ainda aqui entra em jôgo. A experiência prova indiscutivelmente que além de 35 a 50 môças a compreensão individualizada se torna difícil.

Que a preparação à vida social seja adaptada — senão corre o risco de ser ineficaz ou nociva. Os princípios serão os mesmos, qualquer que seja o meio médio do pensionato. As modalidades da aplicação é que poderão variar.

É a essa vida de pensionato que se referirá mais tarde a jovem mãe de família. É, pois, preciso que ela aí descubra as regras de economia doméstica dirigida, através das responsabilidades divididas e das combinações.

Por que não discutir e escolher junto uma melhora de conforto ? Se parece oportuno comprar duas poltronas suplementares para a sala de estar é talvez interessante conhecer os gostos das que as vão usar e confrontar êstes com as nossas possibilidades financeiras. Pode haver um valor educativo ao lhes fazer estabelecer, um após outro, o cardápio de uma festa, ao lhes confiar a apresentação, até mesmo a preparação. Certos pensionatos mais evoluídos são organizados e dirigidos pelas môças.

À sua chegada aos nossos pensionatos, um sentimento muitas vêzes domina as môças : o medo de perder sua liberdade. Somos obrigadas com bastante rapidez a lhes falar de horário, regulamento, autorizações... Esta disciplina inerente à vida coletiva deve ser amenizada por uma possibilidade de iniciativas, pela tomada ou encargo de responsabilidades. Deixemos inteira liberdade para a arrumação e decoração de seus quartos. Quando com elas nêles entrarmos, teremos luzes sobre o que habita em seus corações. Daremos nossa apreciação amigavelmente, experimentando fa-

(*) Este título e os dois itens nêle destacados são da autoria da Redação desta Revista.

zer compreender que o ambiente molda, forma, com o tempo, a pessoa que nêle vive. Que suas sugestões, quanto a estética, nos encontrem receptivas, senão sempre de acôrdo, quanto possível, para que a sobriedade e a beleza dos objetos escolhidos expressem sempre alguma coisa ao seu espírito ou ao seu coração.

É neste ponto de vista que é preciso reservar uma peça onde uma ou outra possa receber naturalmente seu noivo, como ela o faria em sua família. A aprovação da diretora se traduzirá por alguns momentos de conversa. Eles serão suficientes para mostrar a compreensão dos projetos de futuro e o respeito confiante relativamente aos dois jovens. Os irmãos igualmente se apresentam algumas vêzes nos pensionatos. Eles são recebidos no pátio ou no vestibulo. É preciso, no entanto, conceder-lhes hospedagem para uma refeição ou merenda de vez em quando.

A porta aberta às *relações externas* é muito desejável. Não se trata de iludir tôda a regra de prudência. Um inquérito assinala : 90% das môças têm uma liberdade completa. Muitas vêzes seus pais se fiam em nós inteiramente e imaginam que suas filhas, porque pensionistas numa casa onde o regulamento exige uma hora de entrada, estão inteiramente preservadas.

Há um dever de vigilância que deve completar a educação indispensável no domínio sentimental. As môças devem conhecer suas responsabilidades e ser capazes de agir sensatamente. É uma completa educação da liberdade, assás difícil, que está por fazer. A aprendizagem da vida social pode ser completada por nossa iniciativa ou pela das próprias môças, mediante relações com pessoas idôneas sôbre fatos contemporâneos, atualidades sociais e até políticas. Elas devem se sentir responsáveis, tôdas juntas, pela atmosfera a ser criada no pensionato. Não se pode falar, sem isso, da formação de uma pessoa humana em sociedade. Nossa ação deve visar, antes de tudo, a que o pensionato se torne uma realização conjunta.

A vida em grupo — uma das formas atuais dessa sociedade — pode se revelar no pensionato. Grupos se formarão por vêzes espontaneamente em volta de uma função, organização dos lazes etc. Aí se revelarão personalidades e se fará a educação da responsabilidade. A vida de grupo é muitas vêzes um fator de equilíbrio para a môça recém-chegada. Ela é assim integrada, recebe de tôdas as suas companheiras a alegria, a amizade, que é, por sua vez, impelida a retribuir.

2. Educador da pessoa batizada

A educação será mutilada se o pensionato não atender à vocação cristã das batizadas que ela escolhe. Providencialmente estas jovens foram postas no nosso caminho, e nós devemos ir ao seu encontro e acompanhá-las em sua caminhada para o Senhor, para a Igreja.

Este despertar para a vida da Igreja se fará principalmente pelas relações entre a Igreja local e o pensionato. O sinal mais certo da importância apostólica de um pensionato é sua aproximação da paróquia e de seus empreendimentos. Pode-se, então, estabelecer uma dupla corrente :

- as môças da paróquia solicitam a participação das môças do pensionato para as atividades comuns, e
- as môças do pensionato se integram provisoriamente na vida paroquial.

A melhor ação da melhor religiosa não substitui nunca a presença e a influência das môças sôbre as môças, das militantes da JOCF em particular. A convivência com as militantes dos diversos empreendimentos católicos levará as môças a se inserirem nestes mesmos empreendimentos onde trabalharão efetivamente para o reino de Deus. Há uma propensão para o *melhor* que emana, que irradia das pessoas. O Monsenhor Venillot nos dizia outro dia : “O sentido da vida apostólica não é matéria à opção na vida cristã. Não é nem facultativo nem acessório. Que este pensionato seja um meio no qual elas possam normalmente descobrir sua vocação de militantes”.

Êstes dois polos da educação — formação para a vida de sociedade e formação para a vida da Igreja — fazem supor a presença de uma religiosa diretora e de quadros abertos aos problemas específicos das gerações accedentes :

- salários, fim de mês, futuro profissional;
- vida sentimental, aspiração à felicidade.

Diante de tantas obrigações, cujo pêso e responsabilidade ela carregará, por vêzes sôzinha,

Como escolher a religiosa diretora?

Antes de cogitarmos da sua formação pròpriamente dita, evidenciemos o conjunto das qualidades humanas de que ela mais necessitará e das quais a principal parece ser : um grau suficiente de maturidade.

Uma irmã que não tivesse resolvido seus próprios problemas e realizado seu equilíbrio religioso não estaria apta a se ocupar de môças na idade das perturbações afetivas e de outra natureza.

Ê preciso que ela se tenha realizado, ela mesmo, como religiosa e consagrada; que tenha assimilado a Regra em seu espírito o mais puro (uma diretora é obrigada a ter algumas exceções); que ela tenha realizado sua feliz integração na comunidade. Em uma palavra : que ela possua um sólido equilíbrio religioso e comunitário que lhe permitirá manter-se despreocupada de si mesma e atenta aos outros.

Esta vida religiosa plenamente integrada se traduzirá então fàcilmente por uma certa apresentação física, à qual as jovens são sensíveis :

- um trato jovem e sorridente, testemunhando uma disponibilidade em expectativa;
- uma atitude simples, serena, pacificadora, sombreada de autoridade auxiliadora;
- uma inteligência compreensiva das dificuldades materiais e das dificuldades morais, particularmente da solidão tão penosa nesta idade.

Este equilíbrio aparente e real é necessário. Será a garantia de uma certa continuidade de ação e também de uma certa permanência da presença. Através das inevitáveis variações do comportamento das moças, evoluindo do impulso entusiasta e alegre para a melancolia a mais sombria, a irmã deve ser o *elemento de serenidade e de estabilidade*.

As moças não compreendem uma atmosfera de indiferença pelo que é alheio à comunidade ou de desconfiança quanto aos prazeres humanos. Que a irmã encarregada do pensionato seja capaz de manifestar :

- admiração pelo que é belo;
- simpatia por tudo que é valor humano;
- que mostre logo à primeira vista estima por aquelas que a ela recorrem.

É essencial, também, que tenha uma certa benevolência de espírito que predisponha ao amor. Os corações das moças se abrirão então facilmente e estarão prontos para a invasão soberana da caridade. Não encontrando esta atenção pessoal, a moça isolar-se-á visivelmente ou interiormente e viverá na confusão dos grandes assaltos deste período : solicitação de ordem sentimental, perturbação da fé, aceitação enfastiada ou cínica da imoralidade.

Posemos sobre elas esse olhar de amor que nos fará presentes a seus problemas. A aproximação das perturbações íntimas de uma alma deve se fazer no respeito e discreção. Não se *impor*, mas ser somente *presença de segurança*. A ação da alma sobre a alma é um amor que exclui o constrangimento.

Como poderão as religiosas responsáveis de nossos pensionatos se preparar para enfrentar a amplitude desta ação educadora ?

- por uma *formação prática e concreta* : a economia doméstica, que permite fazer com êxito o papel de dona de casa. Pode ser útil acrescentar aí uma formação prática nos lazeres : danças, cantos etc. ;
- por uma *formação intelectual e teórica* : algumas noções de fisiologia, bases de psicologia individual e social e de pedagogia que ajude a desenvolver o raciocínio e a exercê-lo em função do real.

É indispensável que uma religiosa diretora de pensionato não se deixe dominar e perturbar pelos detalhes de sua função. Sessões, revistas, diários de informações devem fazer degrau às carências e continuar a formação inicial.

Completando essa formação teórica, uma *formação experimental é necessária*. É preciso tentar explicar, ao longo de reflexões comuns e de relações entre a irmã e os quadros do pensionato, certos modos ou comportamentos das moças. A análise bem conduzida permite reconhecer e normalizar os paradoxos próprios de sua geração, egocentrismo e generosidade, gosto pelo risco e necessidade de segurança, desenvoltura e necessidade de se impor.

É necessário também uma reflexão pessoal conduzida na oração. A religiosa diretora de pensionato, para exercer sua ação educativa plenamente, deve possuir :

- um *real valor moral e cristão* (clima de verdade e de justiça) ;
- uma *formação doutrinária e cristã* que lhe permitirá acompanhar as mães em seus problemas de ordem moral e de ordem social (sindicato, direitos, direito de greve etc.).

Tudo o que aqui dissemos a respeito da diretora se estende à comunidade que forma uma espécie de pano-de-bôca na vida do pensionato. O Monsenhor Venillot nos diz ainda : “É através de nossas vidas que elas perceberão o testemunho que as fará descobrir os valores que o mundo não oferece”.

É no desabafo de uma vida comunitária, unida e forte, imbuída de espírito evangélico, que passará o testemunho da Fé. Uma comunidade que, através de experiências de idades diferentes e consagrada a tarefas diversas continua visivelmente unida em uma caridade fraterna e profunda, age sobre as jovens como por impregnação. Todas elas sabem bem que é em nome de Deus que nós estamos reunidas e esperam um testemunho coletivo.

É, pois, toda a comunidade que deve tomar encargo do pensionato. Por uma luta sem desfalecimento contra uma preocupação excessiva de si mesma, de seu ofício, de suas próprias responsabilidades, cada uma conseguirá dar à casa e às mães a atenção paciente e benfazeja de que elas precisam.

Dar sua atenção a alguém é, nesta época de vida artificial, uma prova de preferência e de amizade. Experimentemos tornar essa atenção ampla de modo a envolver toda a pessoa. Desfazer a tempo uma nuance de oposição, constatar um silêncio insólito, uma excitação nervosa, é uma forma prática da verdadeira e atenta caridade.

As mães têm, espontaneamente, a nosso respeito, este olhar atento, aliado por vezes a um sentido agudo de observação. Elas discernem, muitas vezes com penetração, nossas falhas e nossas fraquezas. Aceitemos, pois, com coragem e prudência, que às vezes, em sua franqueza um tanto brutal, elas no-lo digam.

Um exemplo tirado de um inquérito ilustra bem todo o benefício a se tirar d'ele : desde o princípio de janeiro uma reunião amigável com troca de pontos de vista se realiza todas as semanas. A reflexão inesperada e bastante impertinente de uma jovem empregada, originária de Marselha, foi a origem.

— Afinal de contas — disse ela um dia — se eu me aborreço algumas vezes, é que vocês não sabem me interessar :

Como não havia uma irmã especializada no encargo do pensionato, era o gracejo dirigido a toda a comunidade. Era preciso juntas reconhecer suas falhas e resolver o problema evidenciado. No dia seguinte, invertendo o gracejo, a irmã disse a todas :

— Mas, por que não tocaria a vocês nos interessar ? Nós vamos ao cinema ; por que não nos fazer aproveitar o que vocês viram ? A comu-

nidade tem necessidade de uma informação vinda de vocês. Querem vocês nos prestar êsse serviço ?

A idéia, unânimemente aceita, nos permitiu constatar que várias de nossas môças viam qualquer coisa, em qualquer lugar. Assim, o filme *La Verité* foi visto por seis de nossas môças de 16 a 17 anos. O juízo trazido por duas delas, uma tarde de reunião amigável, deu a tôdas um ensinamento mais ouvido que a mais rica documentação fornecida por uma irmã.

Nessas reuniões, muito fraternalmente, fala-se livremente sôbre teatro, cinema, revistas, livros, modas. Toca-se um disco trazido por uma delas, ou então o projetor fornece uma documentação pela imagem sôbre um assunto escolhido e cada uma faz um pequeno relatório de seus laze- res do domingo precedente.

Ver-nos em sua escola diverte muito as môças. Depois, refletimos juntas, nas correções de julgamentos necessários, e isso passando por intermédio desta ou daquela que tem uma personalidade mais marcante num sentido cristão e que goza da simpatia de suas companheiras. A irmã cometeria um êrro, agindo diretamente sôbre certas môças.

Êste exemplo nos dá, *em conclusão*, a verdadeira atitude de espírito que deve ser a nossa :

- uma atitude de humildade;
- uma atitude de atenção;
- uma atitude de respeito.

Talvez não tenhamos refletido suficientemente sôbre a riqueza das relações com as môças. Adotamos demasiado facilmente para com elas um comportamento misturado de paternalismo, sempre prontas a proteger, a guiar, a suprir.

Perscrutemos suas exigências, suas verdadeiras necessidades, experimentemos compreendê-las favorecendo suas necessidades de expressão. Sejam presentes, de uma presença de amor, de disponibilidade, de compreensão. Ser-nos-á então possível descobrir as *pedras de toque* para uma passagem do Senhor.

Com a preocupação de lhes *levar*, tenhamos a preocupação de *receber*. Por elas, decidimo-nos prudentemente a fazer as adaptações necessárias. Com elas, e é o essencial, lutemos no segrêdo da oração.

A doença é humilhação do corpo. Ser doente é também uma maneira de ser pobre. Bem-aventurados os que aceitam viver com seu corpo diminuído, enfraquecido, enfêrmo, como um monge em sua cela, um eremita no deserto, um pobre na sua pobreza.

Consultas

III — VISITAS DE FÉRIAS PARA RELIGIOSAS

Em certas congregações parece existir um regulamento segundo o qual “as irmãs estrangeiras podem cada 10 anos voltar à sua pátria e passar 6 meses em férias e estar com suas famílias”, enquanto as irmãs brasileiras “devem esperar completar seu jubileu áureo para terem o direito de passar 8 dias em sua cidade natal com seus parentes”. Resulta que “a maioria das irmãs não chegam a atingir essa meta em religião” ou “quando atingem estão em geral muito idosas, doentes e sem fôrças para viajar”. Acresce ainda “que a maioria só volta a sua cidade natal para com lágrimas ver as cruzeiras saudosas de seus queridos... Muitos pais das irmãs, por motivos vários, não podem visitá-las por anos seguidos, e às vezes nunca mesmo, conseguindo ver suas filhas só na hora da morte delas, quando estas chegam a tempo”. Além disso, “os gastos são menores quando feitos no próprio país e sempre havendo colaboração das famílias”. Acontece que “essa diferença de direitos traz descontentamento entre irmãs de hábito”, sendo “o amor à cidade natal e à família naturais em todos os corações”. Considerando ainda “que o trabalho executado pelas brasileiras é muito maior e que o espírito de desapêgo e de sacrifício deveria ser maior nos corações missionários, concluímos que os direitos devem ser os mesmos”.

Como o juízo pertence a Deus, e para não cometer qualquer injustiça, não contemplaremos a última razão. Poderíamos talvez magoar as pioneiras que, na maior pobreza e com sacrifícios às vezes sobre-humanos, iniciaram as fundações em terras distantes e desconhecidas.

Destacamos entretanto que a missivista, de forma alguma, reprova nem critica o direito das estrangeiras no referente às férias ou à duração das mesmas. Repara tão-somente o privilégio e a exclusividade da medida em favor das estrangeiras. E, neste ponto, devemos dar razão a ela. As bôdas de ouro não podem ser um têrmo justo. A experiência demonstra que as férias não oferecem apenas uma ocasião de rever os entes queridos ou de “matar saudades”. Têm, além disso, uma finalidade muito importante na vida religiosa. Devem ser um meio para melhorar a saúde ou mesmo constituir ocasião de recuperá-la. Vimos muitas religiosas que, voltando da Europa, tinham deixado lá tôdas as suas doenças e fraquezas. Eram irmãs reformadas, para não dizer novas em fôlha. Animadas de renovado entusiasmo, podiam então enfrentar as suas tarefas como se não tivessem a idade que a carteira ou a ficha de serviços patenteavam.

A mesma coisa dar-se-á com as brasileiras, se tiverem a possibilidade de usufruir dêsses favores. O tempo será, normalmente, mais reduzido,

pôsto que, via de regra, podem receber a visita dos parentes, morando, muitas vêzes, mesmo perto dêles, mas as férias serão mais freqüentes. Em várias congregações que conhecemos, às estrangeiras é dada a licença de ir à terra natal de dez ou de oito em oito anos, por um prazo que, nas regiões tropicais, vai geralmente de quatro a seis meses. As irmãs nativas gozam do mesmo favor de cinco em cinco ou de três em três anos, variando o tempo entre oito dias e um mês. Visando-se a um descanso reparador, oito dias não serão suficientes. Constate-se, porém, mesmo nas congregações já beneficiadas pela dita concessão, que ainda há ressentimentos pela diferença de algum modo injusta. A certas irmãs, por morarem perto dos seus, facilita-se tudo, mesmo fora da época marcada, enquanto as que já estão mais distantes não receberam nunca a licença de ir à casa, sendo assim obrigadas a acrescentar ao sacrifício de estarem longe da sua terra a renúncia às férias oficialmente concedidas. Para isto não há justificativa, a não ser que a irmã, por amor de Deus, abdique, generosamente, da possibilidade, quando tal lhe fôr concedida.

Em resumo, devemos dizer que a irmã tem razão em pedir uma certa equiparação. As superiores bem orientadas compreenderão também, perfeitamente, a aspiração legítima das súditas. Mesmo assim, pode acontecer que, por circunstâncias particulares, uma irmã tenha de renunciar, temporariamente, ao favor, porque assuntos importantes da casa, província ou congregação não permitem sua ausência no momento. A irmã, não ficando privada do direito de seguir mais tarde, não se oporá às causas independentes da vontade das superiores.

FREI FRANCISCO XAVIER BOCKEY, O F M ..



O que ainda haverá por facilitar? Mais e mais vão as máquinas aliviando os encargos do homem. Já nos é possível abreviar o tempo de trabalho e prolongar as horas de lazer. Fazem-se cálculos com o auxílio apenas de máquinas, e, para muito breve, ao invés de nós, estarão elas pensando...

Admira, pois, se tente facilitar também a santificação?... Houve todo o empenho em destruir no cristianismo o que ele possui de amargo. O resultado é esse cristianismo diluído, adulterado, de hoje. Ajuntou-se tanta água ao vinho, a ponto de não ser já vinho, mas apenas água colorida. E, destarte o cristianismo foi espoliado em seu dinamismo, em sua energia propulsora. Nosso credo deixou de ser a força vitoriosa levando de vencida o mundo inteiro. E, no entanto, o cristianismo reclama do homem empenho integral. Não lhe servem meias-forças. "Oxalá fôras frio ou quente; mas, porque és mórno, e nem frio nem quente, começarei a vomitar-te de Minha boca (Apoc 3,15)

RICARDO GRAEF — em Estrada Santa Será Seu Nome

Note e Anote

ENCONTROS DE MESTRAS E MESTRES DE NOVICIADO — I

Realizou-se nos dias 12 a 17 de outubro do ano passado, na Casa Nossa Senhora do Cenáculo, na cidade do Rio de Janeiro, o encontro das mestras de noviças. Cerca de 150 representantes de 85 congregações, incluindo institutos seculares, compareceram. Foi na realidade um recorde de assistência e — o que é mais importante — de entrosamento, satisfação e proveito. A união parecia completa. Teve-se a impressão de que todas se retiraram realmente satisfeitas e gratas pela contribuição dos conferencistas e pelos resultados obtidos. Lastimamos apenas a ausência de algumas mestras, ausência aliás justificada por motivos vários.

Era nosso desejo e a esperança das participantes que as conferências fôsem mimeografadas. Circunstâncias alheias a nossa vontade não permitiram, porém, a realização de tal desejo. Algumas dessas conferências foram anteriormente publicadas em A Sagrada Liturgia renovada pelo Concílio (coletânea de estudos e comentários sobre a Constituição litúrgica do Concílio organizada por Frei Guilherme Baraúna, O.F.M., Editora Vozes). Para dar, às que não puderam tomar parte, algum sabor daquilo que se passou no Cenáculo, naqueles dias, e a fim de reavivar a lembrança das que estiveram presentes, daremos neste e nos próximos números desta Revista algumas respostas a perguntas formuladas pelas irmãs, conforme o apanhado que as dedicadas secretárias nos entregaram.

FREI FRANCISCO XAVIER BOCKEY, O.F.M.
Coordenador dos Encontros

I — FUNDAMENTO BÍBLICO-DOGMÁTICO DA SAGRADA LITURGIA, SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO "SACROSANCTUM CONCILIUM"

(Questões ventiladas em torno da conferência de Dom Estêvão Bettencourt, O.S.B.)

1. Como começar a renovação litúrgica no noviciado?

— O principal para renovar a liturgia é mudar ou reeducar as mentalidades. Para tanto, muito se recomenda dar à história da Salvação, Cristo místico, Cristo em nós, o pensamento paulino. É nesta grande linha Cristo. Sou filho de Adão, logo sou pecador. Mas, se nasci do primeiro que todas as devoções e espiritualidades devem ser jerarquizadas e estabelecidas: Deus trino (o Pai, o Mediador, o Santificador) — o primeiro

Adão — o segundo Adão (Cristo) — a Igreja (nova Eva) — os sacramentos — os novíssimos.

Deus é Pai, e nós vamos a Ele por Cristo, movidos pelo Espírito Santo. Deus é Pai e nos ama dando-nos seu Filho, e o Espírito Santo nos une ao Filho e ao Pai santificando-nos. O Filho é o Mediador. Cristo na plenitude enche sua medida em cada um de nós. O Espírito Santo é Deus que vive em nós, que nos move e daí: “nobreza obriga”. É preciso ser dócil ao Espírito Santo, ter consciência do tesouro que temos em nós, ter piedade trinitária.

Adão deu um sentido à história dos tempos. Ele é um “tipo” de Cristo. Sou filho de Adão, logo sou pecador. Mas, se nasci do primeiro Adão, renasci do segundo Adão, Cristo. Cada dia, tenho que fazer esta passagem, êste renascimento: do primeiro Adão para o segundo Adão, da morte para a vida, do pecado para a ressurreição. Devo viver para Cristo, de Cristo, reproduzir Cristo. Evidentemente, isto me levará a Maria, que melhor realizou tal obra. Cristo está presente nesta ou naquela comunidade, em seus membros, e não só naquele santuário. Nossa carteira de identidade é ser irmão de Cristo.

É preciso também viver com a Igreja, vibrar com a Igreja. Ela é santa, e devemos ter orgulho de pertencer-lhe. A culpa das falhas existentes não é dos chefes apenas, pois todos somos a Igreja. Paulo VI, em sua já famosa Encíclica *Ecclesiam Suam*, nos fala claro da perenidade da mesma Igreja, de suas maravilhas. Só quem possui a certeza da verdade poderia dizer tanta coisa como êle disse nesse documento. A comunidade da Igreja existe em qualquer parte, pobre ou não. Do seu próprio bôjo a Igreja tira a fôrça nova, sua vitalidade. A Igreja nos gerou para Cristo, reproduzindo Maria que O guardou em seu seio. O Espírito Santo, o mesmo que fecundou Maria, é que fecunda as águas batismais que nos geram como filhos de Deus.

Maria é a miniatura da Igreja (cf. *Apocalipse*, cap. 12). Êste capítulo se refere a Maria e à Igreja, porque fala de uma mulher imaculada mas, ao mesmo tempo, diz que ela será perseguida. Daí, no Concílio, a colocação do tratado da Virgem Maria no final, como último capítulo do tratado “De Ecclesia”. A plebe de Israel que deu a carne ao Messias, que culminou em Maria, e que continua no verdadeiro povo de Israel, a “Igreja”, Igreja que é a Mulher (*Apoc.*, cap. cit.). A piedade marial deve ter esta colocação: Maria e Igreja. Maria pode ser vista no Saltério, quando se fala do tabernáculo de Deus, da cidade de Deus. A Sabedoria era considerada como uma figura feminina, como conselheira de Deus. E esta Sabedoria se configurou em Maria, obra-prima da criação; e daí serem aplicados a Maria os textos sapienciais. Quando se fala da Espôsa dos Cânticos, pode se aplicar a Maria, relacionando-a com a plebe de Israel, a Virgem pura, a Virgem fiel...

A Igreja se torna presente pelo sacrifício da missa e pelos sacramentos. Devemos ver os sacramentos como sinais sagrados que nos transmi-

tem a vida. É preciso evitar todo minimalismo na ordem sacramental e dar o máximo de veracidade aos sinais.

Igualmente, devemos viver da espiritualidade dos novíssimos, isto é, na sede do absoluto. Viver à luz da segunda vinda de Cristo e criar uma atmosfera de alegria, mais do que de tristeza. Deus já nos antecipou, nos precedeu com a sua graça, e temos n'Ele a salvação. Nunca haverá tanto pecado que estanque a fonte da graça. Cada domingo é uma nova alegria, e temos o canto do Glória...

O estudo da Sagrada Escritura ajuda a mudar as mentalidades para a renovação litúrgica. A formação bíblica é muito necessária para a formação litúrgica. O estudo da Sagrada Escritura deve ser feito não apenas como fonte de fervor mas como tema de escola. Ler diariamente um trecho da Bíblia.

2. *Entre o sacerdócio jerárquico e o sacerdócio universal há alguma diferença?*

— Sim, entre o sacerdócio jerárquico e o universal há uma diferença de essência e não só de grau.

3. *Podem existir diáconos leigos?*

— Não há diáconos leigos e sim leigos que se tornam diáconos, porque os diáconos são clérigos.

4. *Sobre o fato de estarmos voltados uns para os outros no côro, há fundamento teológico ou dogmático?*

— Dizem que Santo Inácio, no século II, teve uma visão dos coros dos anjos voltados uns para os outros. Mas, em liturgia tudo o que pode ser expresso por sinal deve ser expresso mesmo. A atitude de voltados uns para os outros simboliza mais a união.

5. *Tem cabimento dizer "Santa Mãe Igreja"?*

— Realmente a metáfora tem várias facetas, e podemos aceitar essa expressão.

6. *Pode se usar violão para acompanhar os cantos na igreja?*

— Os instrumentos não eram usados no início, pois se devia dar a Deus a própria voz. Eles foram usados para substituir a deficiência da voz e devem ser usados com discreção. Há alguns instrumentos que têm mais aspecto ou sentido teatral, profano... O violão deve ser usado com discrição.

II — OS PRECEDENTES HISTÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO E O CANTO SACRO

(Em torno das conferências de Dom João Evangelista Enoul, O.S.B.)

1. *Até onde vai a liberdade para o uso do vernáculo para dar execução à Sagrada Liturgia?*

— Todos devem estar de acôrdo com os srs. bispos. A CNBB vai estudar os textos próprios da Constituição. A liturgia deve ser aberta para o povo, mas não de tal modo a perder sua forma, sua sacralidade. Alguns sacerdotes têm licença especial para realizar experiências nesse campo de renovação. Não é obrigado rezar-se a missa em vernáculo quando a comunidade pode participar em língua latina, pois a Constituição afirma ser ainda o latim a lingua litúrgica.

2. *Os textos da missa vão ser uniformes para todo o Brasil?*

— O ideal é que cada país tenha seu missal.

3. *Que é celebração litúrgica e qual sua origem?*

— Celebrar é rememorar um acontecimento do passado através de um rito. Celebração litúrgica é o rememorar dos grandes feitos de Deus por seu povo. Tem sua origem na Ceia de Quinta-Feira santa.

4. *Pode se dizer que a leitura e interpretação de uma passagem da Bíblia é celebração litúrgica?*

— Não é celebração litúrgica. É paralitúrgica, preparação litúrgica.

5. *Pode se cantar música popular na igreja?*

— É necessário fazer diferença entre música popular sacra e música popular. Há músicas que são religiosas mas não são litúrgicas, por exemplo as Vésperas Solenes de Mozart. Liturgia é a Bíblia cantada e celebrada.

6. *Diante da música moderna continuará o interêsse pelo canto Gregoriano?*

— De maneira geral o povo aprecia o canto Gregoriano embora seja de difícil execução. A função da música é dilatar a palavra de Deus em uma nova dimensão de tal forma que ela possa exprimir a oração de um modo mais saboroso, suave e penetrante. Tem a função de exprimir um

caráter sagrado e comunitário. De maneira que quanto mais o canto entrar nesta linha, tanto mais litúrgico será.

7. Pode se introduzir um outro canto na procissão do Intróito ?

— Não. Deve se seguir o rito próprio do Intróito (antífona, o versículo do salmo ou todo o salmo conforme a extensão), o Glória e a antífona.

8. Pode se cantar em latim nas missas em vernáculo ?

— Sim, contanto que o canto, seja ele em latim ou em vernáculo, se relacione com a parte da missa.

9. Pode se adaptar o vernáculo ao canto Gregoriano ?

— O canto Gregoriano é essencialmente elaborado com o texto latino e, portanto, é inseparável. Agora, outras melodias podem ser inspiradas no Gregoriano — imitação criativa. Jamais, porém, aplicar o Gregoriano ou adaptá-lo a outra língua; isto seria assassiná-lo.

A CORRESPONDÊNCIA FEMININA DE SANTO INÁCIO DE LOYOLA

Sabemos, sabíamos que o Fundador da Companhia de Jesus, depois de uma breve tentativa fracassada, recusou definitivamente a instituição de um ramo feminino da Ordem, e que os padres jesuítas não podem ser confessores ordinários de comunidades femininas. Aos olhos femininos os feministas de nossa época, não resulta, de tudo isso, uma certa aparência de misoginia ?

O Padre Hugo Rahner, S.J., conhecido especialista da patrologia e da história da espiritualidade, irmão do famoso teólogo Carlos Rahner, S.J., desanuviou os preconceitos ao publicar dois volumes de cartas dirigidas por Inácio a suas contemporâneas. A fascinante obra, cuja idéia parece ter sido sugerida a Hugo Rahner pelos contatos que manteve com a ex-imperatriz Zita de Áustria, nos revela um outro, um novo Inácio de Loyola, que até muitos jesuítas, para não falarmos das religiosas cujas congregações adotaram a regra inaciana, desconheciam. (Digamo-lo de passagem, parece que a principal razão pela qual a Divina Providência impediu a sobrevivência das jesuítas foi que não quis impedir a multiplicação das suas variedades inoficiais !). Entre estas numerosas freiras inacianas, não haveria algumas que quisessem traduzir para o português os dois volumes de Rahner ? Para tanto, vamos dar alguns pormenores

sobre o conteúdo e as destinatárias das cartas femininas do santo cavaleiro basco.

Na sua introdução, Rahner frisa que, ao passo que o Inácio estudante dava os exercícios espirituais às mulheres do povo, o Fundador preferiu dirigir-se às damas da alta sociedade, ao mesmo tempo que cuidava da salvação das prostitutas e da reforma das monjas. Vemos depois o desfile das correspondentes do Santo, um pouco como muitas dos nossos contemporâneos assistem aos desfiles de novas modas menos espirituais... Eis as Princesas : Catarina de Portugal, que tinha outrora despertado uma paixão amorosa (bastante platônica, aliás) no coração do jovem pajem da corte de Navarra, e para a qual, em 1552, aos 61 anos de idade, o Prepósito Geral da mínima Companhia de Jesus obtém algumas relíquias do Papa; Joana de Espanha, que consegue ser admitida na Companhia, nominal mais do que realmente, mesmo depois da supressão do ramo feminino; Margarida de Áustria, que fôra se confessar e receber a sagrada Comunhão das mãos de Santo Inácio antes de um parto difícil, após o qual, logo a seguir e pessoalmente, êle batizou um dos filhos gêmeos, tendo passado o dia inteiro na casa desta filha ilegítima de Carlos V !

Eis, em segundo lugar, as senhoras da aristocracia internacional e européia, com a qual o santo aristocrata tem uma afinidade inata. Eis as benfeitoras que favoreceram os estudos do futuro Padre Inácio, ou as fundações de colégios do Geral, e que querem obter, em troca, um confessor jesuíta ou outros favores espirituais ! Eis as cartas patéticas, às vezes heróicas, das "candidatas" à Companhia de Jesus que Inácio rejeitava com inflexível, convencida senão convincente, mas sempre suave vontade e constância ! Eis as filhas espirituais : Isabel Roser, ao mesmo tempo filha e mãe espiritual (ela custeou os estudos de Inácio em Barcelona), Teresa Rejadella, a monja que recebeu profundas cartas exclusivamente dedicadas a assuntos de direção espiritual. Eis, afinal, as mães de jesuítas, tratadas com carinho especial, como convinha.

Os dois volumes foram publicados pela Editôra *Desclée de Brouwer*, em 1964, sob o título "IGNACE DE LOYOLA ET LES FEMMES DE SON TEMPS". A obra, da autoria do referido H. Rahner, foi traduzida em francês por G. Dumeige, S.J., professor na Universidade Gregoriana, e as cartas vertidas diretamente dos originais espanhóis, italianos e latinos.

PADRE BERTRAND DE MARGERIE, S.J.



... os laços de caridade fraternal se estreitem cada dia entre os padres de tôdas as nações, para que se manifeste sempre mais que os ministros do mesmo Deus, Pai de todos, estão animados nas suas relações mútuas do idêntico espírito de caridade, seja qual fôr o país que habitem.

CRB Informa

CRB-BA — Ao mesmo tempo que expressa o mais profundo reconhecimento ao CARDEAL DOM AUGUSTO pelo carinho paternal, pelo apoio incondicional e pela firme direção com que S. Em.^a seguiu e animou sempre suas iniciativas, esta seção estadual da CRB dá suas melhores boas-vindas ao Administrador Apostólico, DOM EUGÊNIO SALES.

● Como parte integrante de suas atividades no ano de 1964, organizou, esta mesma seção, todos os terceiros domingos de cada mês, em vários colégios, REUNIÕES PARA IRMÃS, visando sempre entrosamento maior entre as diversas comunidades, tendo por tema habitualmente o Concílio Ecumênico. A participação foi em média, por mês, de 110 religiosas.

● Atendendo a um planejado programa de FORMAÇÃO RELIGIOSA, a CRB-BA ministrou durante o ano findo cursos de Dogma, Moral e Catequese. As aulas de Catequese foram reestruturadas, num período de duração de três anos, servindo não apenas para a formação pessoal das irmãs, como também para formar catequistas do curso secundário.

● No fim de agosto de 1964, houve um encontro de três dias, no qual as irmãs estudaram em conjunto vários pontos sobre ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS BAIRROS. A êste respeito, merece destaque a obra dos *Centros Sociais* dirigidos por religiosas com o objetivo de levantar o nível social, moral e religioso dos bairros pobres da cidade de Salvador. Três desses centros foram já fundados e outros três estão em vias de fundação.

Tôda a iniciativa enquadrada pelos mesmos centros obedece a dois princípios fundamentais : 1) que as irmãs morem, vivam dia e noite, no próprio bairro, no meio do povo, tornando-se testemunhas vivas da caridade de Cristo e dedicando-se inteiramente a serviço do mesmo povo; 2) que elas não somente distribuam alimentos e vestuários e assistam os doentes, mas procurem levantar o nível de vida, educando as crianças, alfabetizando os adultos, ministrando lições de culinária, costura e higiene, além da catequização, dentro do programa inspirado pela promoção apostólica das religiosas.



A miséria do povo é ao mesmo tempo miséria do corpo e da alma. Pouco adianta providenciarem acêrca das necessidades materiais urgentes, se não descortinarem as inteligências, não retificarem e fortalecerem as vontades. Enquanto não insuflarem nos melhores um grande ideal, não suprimirem ou, ao menos, atenuarem as opressões e as injustiças e não associarem a si os humildes para a conquista progressiva de sua felicidade, pouco ou nada terão feito.

Recensões Bibliográficas

EDIÇÕES "PRESENÇA"

São pequenos opúsculos, bem diminutos alguns, por vêzes. De grande valor, geralmente pela idéa que apresentam e pela proficiência com que esta é estudada. Via de regra, trata-se de traduções entre as quais destacamos:

Relações entre dirigentes e operários, 29 pp., por E. Floquet. — Valiosíssima conferência, em todos os sentidos, feita aos integrantes do Cessid, escola com apenas 12 dos melhores dentre os engenheiros moços da Siderurgia e com assuntos a eles ligados. O conferencista é um engenheiro dos cem professores contratados para dar o Curso.

Declínio do Comunismo como força ideológica, 15 pp., por Charles Bowles. — Mostra o autor que o Comunismo como força ideológica está em declínio, o que já se tornara convicção em quantos o estudaram suficientemente. Nem por isso deixa de constituir sério perigo pela força bruta de que dispõe.

A doutrina da "cidade", 30 pp., por Charles Journet. — É uma tentativa de apontar a existência da "cidade" na concepção de Santo Tomás de Aquino. Numa época de inversão de valores, como a que vivemos, é bom, de vez em quando, ouvirmos algo de sensato e equilibrado.

I. J. D.

IGREJA HOJE

É outra coleção da mesma Editora Vozes, bem mais recente e de formato maior (220x150 mm). Tem por escopo fornecer dados esclarecedores sobre a Igreja, mas antes mira os intelectuais. Eis alguns opúsculos dos já saídos a público:

Vivendo o Concílio, n. 1, 16 pp., por Frei Romeu Dale, O.P. — Esquemáticamente, o autor procura situar o fruto de 150 anos de renovação na vida da Igreja, renovação esta que culmina com a celebração do Concílio Vaticano II, em vias de realização.

As Igrejas Católicas Orientais, n.º 2, 20 pp., pelo Rev. Patrik J. Hamell. — Após acentuar o interesse da Igreja Romana pelas Igrejas Católicas Orientais, o autor faz o histórico dos movimentos anti-romanos, como o nestoriano e o monofisita, dentre os principais, para depois expor a situação das mesmas Igrejas Orientais Católicas nos dias de hoje. Chama a atenção sobre a importância dos ritos orientais.

Os cristãos em busca da "Una Sancta", n.º 5, 40 pp., por Frei Guilherme Baraúna, O.F.M. — Visa o autor, principalmente, dar a conhecer ao mundo católico o movimento ecumenista no campo protestante, em busca da unidade. Para isso, relata diversos encontros, os mais significativos, efetuados com essa finalidade. Embora tal unidade não haja ainda sido encontrada, contudo, alguns êxitos já foram alcançados, segundo assinala Frei Baraúna, havendo mesmo progressos em direção à concepção católica do ecumenismo.

A caminho do "homem novo", n.º 7, 20 pp., por Karl Rahner. — Aos intelectuais particularmente é que se dirige este opúsculo, de sentido profundamente teológico. Situa o problema do "homem" em sua realização histórica, centrado no aparecimento de Cristo sobre a terra. O cristianismo não diminui o homem, aperfeiçoa-o para realizá-lo totalmente na vida futura.

I. J. D.

LIVROS

Da Editora Vozes, Petrópolis, RJ :

LÉO-CHARLES BURKHARD — "O Senhor De La Salle", trad. do original americano por Israel Nery, fsc, 1964, 1 vol. br., 185x130 mm, 160 pp.

PADRE M. RAYMOND, O.C.S.O. — *Amor sem medida* (Crônica de uma Família), 1964, 1 vol. br. 215x140 mm, 368 pp.

CARDEAL AGOSTINHO BEA — *A União dos Cristãos* (Problemas e princípios, obstáculos e meios, realizações e perspectivas), trad. da segunda edição italiana de Otto Engel e Lúcia Theresa Lessa, 1964, 1 vol. br., 185x130 mm, 304 pp.

EMÍLIO ATHANÁSIO — *Para teus 13 anos*, 1964, 1 op. br., 185x130 mm, 64 pp.

De outras editoras :

MARIE NOEL — *Notas Intimas*, trad. de Lélia Coelho Frota, Liv. AGIR, Rio de Janeiro, 1964, 1 vol. br., 215x140 mm, 298 pp., Cr\$ 2 400,00.

A. M. HENRY — *Moral e Vida Conjugal*, trad. do original francês por Heloísa F.C. Leão, Ed. Herder, São Paulo, 1964, 1 vol. br., 195x125 mm, 240 pp.

REVISTAS

Do Brasil :

Cardernos vocacionais — n.º 16, 1964, São Paulo.

Convivium — outubro 1964, São Paulo.

Liturgia e Vida — set.-outubro 1964, Rio de Janeiro.

Revista Eclesiástica Brasileira — setembro 1964, Petrópolis, RJ.

O Seminário — nov.-dezembro 1964, Viamão, RS.

Sponsa Christi — novembro 1964, Petrópolis, RJ.

Vozes — novembro 1964, Petrópolis, RJ.

Do Exterior :

Boletim Informativo do CELAM — julho e agosto 1964, Bogotá.

Cahiers du Clergé Rural — outubro 1964, Sèvres (França).

Carmelus — vol. 11, fasc. 1, Roma.

Lumen — set.-outubro 1964, Lisboa.

Pages de Vie — set.-outubro 1964, Paris.

Prêtres Diocésains — outubro 1964, Paris.

Revue des Communautés Religieuses — set.-outubro 1964, Bruxelas.

Salesianum — abril-junho 1964, Turim (Itália).

Spicilegium Historicum, C.S.S.R. — ano XII, fasc. 1, Roma.

Teologia y Vida — julho-setembro 1964, Santiago do Chile.

Vinculum — maio-junho e julho-agosto 1964, Bogotá.